

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL MUXFELDT SIQUEIRA

**AQUI NÃO HÁ ESCRITURAS**  
**UMA WEB SÉRIE DOCUMENTAL SOBRE A LUTA PELA REGULARIZAÇÃO DOS**  
**IMÓVEIS EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR EM CURITIBA**

CURITIBA

2021

GABRIEL MUXFELDT SIQUEIRA

**AQUI NÃO HÁ ESCRITURAS**  
**UMA WEBSÉRIE DOCUMENTAL SOBRE A LUTA PELA REGULARIZAÇÃO DOS**  
**IMÓVEIS EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR EM CURITIBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social.

Orientador: Elson Faxina

CURITIBA

2021

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiro, aos meus pais, Ivonete e Nilson, que batalharam muito durante toda a vida para que minha irmã e eu pudéssemos concluir uma formação. Por tudo e por todo o amor, muito obrigado.

Ao professor Elson Faxina, pelo acompanhamento e orientação no momento que mais precisei do apoio da Universidade.

Ao professor José Carlos Fernandes, o querido Zeca, por servir sempre como inspiração, pelas aulas mais interessantes, pelos comentários perspicazes e precisos e pela sua disposição em contribuir para este trabalho com a vasta lista de fontes de conquistou ao longo dos anos de jornalismo.

Ao meu amigo e, agora, colega de profissão, Francisco Rocha por todas as conversas, desabafos e ideias compartilhadas.

À sempre atenciosa e amorosa Beatriz, pois sem o seu apoio talvez esse trabalho não tivesse sido realizado.

*E a cidade se apresenta centro das ambições  
Para mendigos ou ricos e outras armações  
Coletivos, automóveis, motos e metrô  
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs*

*A cidade não para, a cidade só cresce  
O de cima sobe e o de baixo desce*

*A cidade se encontra prostituída  
Por aqueles que a usaram em busca de saída  
Ilusora de pessoas de outros lugares  
A cidade e sua fama vai além dos mares*

*No meio da esperteza internacional  
A cidade até que não está tão mal  
E a situação sempre mais ou menos  
Sempre uns com mais e outros com menos*

*A cidade não para, a cidade só cresce  
O de cima sobe e o de baixo desce*

Chico Science

## RESUMO

“Aqui Não Há Escrituras” é uma websérie documental que aborda a luta de moradores pela regularização dos imóveis localizados em áreas de ocupação irregular na cidade de Curitiba. O presente projeto apresenta as bases estatísticas e históricas que justificam a abordagem do problema da habitação como um tema de interesse social, revela o processo de construção criativa, indica as referências utilizadas e os métodos narrativos que compõem a websérie. O tema foi escolhido com o objetivo de trazer luz a um tema que, muitas vezes, acaba sendo engolido pela imagem de “cidade-modelo” que a capital paranaense adquiriu ao longo dos anos. Modelo de quê? Para quem? Os dados levantados no trabalho de pesquisa que deu origem a este relatório indicam que há milhares de famílias que discordam dessa bela imagem construída pelos governos, pela mídia e por parte da população. “Aqui Não Há Escrituras” utiliza de artifícios da linguagem documental do gênero observativo e das técnicas tipicamente jornalísticas para construir o enredo.

**Palavras-chave:** Web série; Documentário; Habitação; Ocupações Irregulares; Curitiba; Jornalismo.

## ABSTRACT

"Aqui Não Há Escrituras" is a documentary webseries that addresses the struggle of residents for the regularization of properties located in irregular occupation areas in the city of Curitiba. The present project presents the statistical and historical bases that justify the approach to the housing problem as a theme of social interest, reveals the creative construction process, indicates the references used and the narrative methods that compose the webseries. The theme was chosen with the objective of bringing light to a subject that, many times, ends up being swallowed by the "model city" image that the capital of Paraná has acquired throughout the years. Model of what? To whom? The data collected in the research work that gave rise to this report indicate that there are thousands of families who disagree with this beautiful image built by the governments, the media, and part of the population. "Aqui Não Há Escrituras" uses the artifice of the documentary language of the observational genre and the typical journalistic techniques to build the plot.

**Keywords:** Web series. Documentary. Housing. Irregular Occupations. Curitiba. Journalism.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2 A QUESTÃO HABITACIONAL</b> .....	<b>10</b>
2.1 A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS.....	10
2.2 DADOS SOBRE A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL .....	13
2.3 A QUESTÃO HABITACIONAL NA CIDADE DE CURITIBA .....	17
2.3.2 HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS POPULARES POR MORADIA NA CIDADE DE CURITIBA.....	26
<b>3 A NARRATIVA DE GÊNERO DOCUMENTAL</b> .....	<b>30</b>
3.1 O FILME DOCUMENTÁRIO.....	31
3.1.1 DEFINIÇÃO DE DOCUMENTÁRIO.....	32
3.1.2 PONTO DE VISTA E AS QUESTÕES ÉTICAS NO DOCUMENTÁRIO.....	34
3.1.3 O FORMATO DOCUMENTAL E SUA UTILIZAÇÃO NO JORNALISMO .....	37
<b>4 A WEB SÉRIE COMO FORMATO</b> .....	<b>40</b>
<b>5 AQUI NÃO HÁ ESCRITURAS</b> .....	<b>43</b>
5.1 MÉTODOS, DESAFIOS E SOLUÇÕES.....	47
5.2 OS CINCO EPISÓDIOS.....	48
5.2.1 EPISÓDIO 01 .....	48
5.2.2 EPISÓDIO 02 .....	49
5.2.3 EPISÓDIO 03.....	50
5.2.4 EPISÓDIO 04 .....	51
5.2.5 EPISÓDIO 05.....	52
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>52</b>
<b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com dados da Fundação João Pinheiro, considerando o ano base de 2019, o déficit habitacional no Brasil estava em 5,8 milhões de moradias. O estudo também apresentou, já naquela época, uma tendência de aumento no déficit. Uma das principais causas para esse crescimento era o ônus excessivo com aluguel urbano. Nos quatro anos considerados pelo estudo, o número de casas desocupadas por conta do valor alto do aluguel saltou de 2,8 milhões em 2016 para mais de 3 milhões em 2019.

Um outro estudo, realizado em 2021 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), revelou que a pandemia do coronavírus fez com que o número de cidadãos que vivem abaixo da linha da pobreza triplicasse no Brasil, atingindo quase 28 milhões de pessoas (cerca de 12,8% da população). Esse é o pior cenário da pobreza no país nos últimos dez anos. Nesse contexto, o número de despejos se multiplica em todo o território nacional: durante a pandemia, o número de famílias despejadas de casa cresceu cerca de 340%.<sup>1</sup>

Curitiba é considerada como uma das melhores cidades para se viver no Brasil por conta do elevado índice de desenvolvimento humano, de um suposto alto padrão de vida dos moradores e que se destaca não só pela sustentabilidade, mas também pela infraestrutura dos transportes coletivos e do sistema viário. No entanto, essa é uma fama que se cumpre e que pode ser observada apenas em algumas das regiões mais privilegiadas da cidade. O déficit habitacional na capital é atualmente de mais de 52 mil imóveis, atingindo mais de 150 mil pessoas.

A perda de renda ocasionada pela pandemia revela um problema cada vez mais atual: quanto mais o tempo passa, mais surgem zonas de ocupação irregular em todo o Brasil, e na capital paranaense não é diferente. Um exemplo recente é a ocupação Jardim Veneza, localizada no bairro Tatuquara, que existe desde 12 de dezembro de 2020. O processo de reintegração de posse da área tramita na Justiça Estadual do Paraná desde janeiro de 2021, e recentemente teve uma nova decisão determinando o despejo das 350 famílias que vivem atualmente no local.

---

<sup>1</sup> **Número de famílias despejadas de casa cresce 340% na pandemia.** Jornal Nacional, 24/08/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/08/24/numero-de-familias-despejadas-de-casa-cresce-340percent-na-pandemia.ghtml>>. Acesso em 23, nov. 2021.



Mas o processo de formação de ocupações irregulares e da luta por moradia em Curitiba é muito mais antigo. Depois da aplicação do plano de desenvolvimento setorial da década de 70, que desenvolveu e modernizou principalmente as regiões centrais da cidade, as populações socialmente mais vulneráveis passaram a ser “empurradas” para os setores mais periféricos, dando origem a diversas comunidades que se formaram a partir de ocupações. Atualmente, grande parte dessas áreas já formam conurbações urbanas bem consolidadas, mas ainda sem regularização.

De lá para cá, as políticas públicas destinadas ao tema da moradia pouco evoluíram, principalmente no que diz respeito à regularização desses imóveis e à inserção dessas áreas de forma adequada dentro do perímetro urbano. A insegurança da posse está relacionada com a violação de vários outros direitos dessas populações, como o acesso a saneamento básico, assistência de saúde, acesso à educação e muitos outros.

Daí surge “Aqui Não Há Escrituras”, uma websérie documental que aborda a luta pela regularização de imóveis em áreas de ocupação irregular em Curitiba. A partir da perspectiva de lideranças comunitárias de duas áreas de ocupação, e também através de personagens e especialistas ligados à questão da moradia, a série de cinco episódios se propõe a retratar de forma imparcial e realista quais são os principais fatores envolvidos nessa temática.

O formato de websérie documental foi escolhido devido à seriedade e à relevância do recorte selecionado e também com o objetivo de apresentar um produto contemporâneo, que tivesse maior capacidade de difusão e circulação entre a população da cidade por meio das redes sociais. Além disso, a divisão seriada também abre espaço para que o tema seja explorado por outros canais, como portais online, blogs e plataformas de streaming.

Neste trabalho, o primeiro capítulo se debruça sobre a questão da habitação no Brasil e na cidade de Curitiba, começando pelos aspectos históricos e sociais e passando então para a apresentação de pesquisas e dados concretos sobre o tema. Já o capítulo seguinte, tece reflexões sobre o gênero documental, suas principais características, objetivos primários e a relação com o jornalismo.

No terceiro capítulo, desenvolve-se uma fundamentação teórica a respeito da escolha do formato de websérie, enquanto no último capítulo, apresenta-se o produto em questão com uma análise sobre o seu processo de realização. Com as

considerações finais, pontuam-se os últimos detalhes referentes à produção desta obra audiovisual.

## **2 A QUESTÃO HABITACIONAL**

Neste capítulo, apresentamos um breve apanhado geral sobre os aspectos históricos e sociais que permeiam a constituição das cidades brasileiras e, conseqüentemente, ilustram parte do problema de habitação no Brasil. Posteriormente, são apresentados os dados que contextualizam a questão habitacional brasileira e, mais especificamente, a da cidade de Curitiba. Aqui, não se pretende explorar a fundo todos os componentes históricos, sociais, econômicos ou de outra natureza, que contribuem para a questão, mas sim contextualizar o leitor e revelar as reais dimensões do problema.

### **2.1 A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS**

Para compreender a questão habitacional no Brasil é fundamental trazer à tona uma reflexão a respeito do processo de urbanização, considerando seus aspectos sociais e históricos. Portanto, identificar as transformações e como se deu a estruturação do espaço urbano ajuda a compreender a dinâmica socioespacial das cidades atualmente e algumas das suas particularidades.

No Brasil, o processo sistêmico de urbanização demorou, em relação à Europa, cerca de três séculos para ocorrer, iniciando-se no século XVIII e sendo consolidada a partir das décadas de 1940 e 1950, em um contexto de urbano-industrialização, quando o país se configurava tipicamente como um país rural em termos habitacionais (SANTOS, 2009).

Pode-se definir a urbanização como o processo de transformação de uma sociedade ou região para o urbano, que não representa somente o crescimento da população das cidades, mas também remete a um conjunto de técnicas e de obras que fornecem condições de infraestrutura, planejamento e organização administrativa a uma cidade. Para que isso aconteça, é preciso um conjunto de mudanças que se expressam não só através da paisagem urbana da cidade, mas que tem reflexos diretos no comportamento e no estilo de vida das pessoas.

Assim, o processo de urbanização brasileiro pode ser considerado um fenômeno recente, com o significativo aumento das taxas de urbanização no país a partir da década de 1940, ocasionando mudanças fundamentais na estrutura urbana das cidades brasileiras e na constituição da nossa sociedade como um todo. De lá para cá, o Brasil passou rapidamente a ser um país predominantemente urbano e que segue se urbanizando cada vez mais e em grande velocidade. Os dados dos censos demográficos confirmam essa tendência.

Em 1960, os dados do IBGE mostravam que cerca de 32 milhões de pessoas viviam em áreas urbanas (FIGURA 1), o que era equivalente a 45,1% da população (FIGURA 2). Já em 2010, a taxa de urbanização saltou para algo em torno de 84,4%, totalizando quase 161 milhões de habitantes (IBGE, 1960 a 2010).

FIGURA 1 – POPULAÇÃO NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES, AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – 1960/2010

Região	Grandes Regiões e Unidades da Federação	1960 <sup>1</sup>	1960 <sup>1</sup>	1970 <sup>1</sup>	1970 <sup>1</sup>	1980 <sup>1</sup>	1980 <sup>1</sup>	1991 <sup>2</sup>	1991 <sup>2</sup>	2000 <sup>2</sup>	2000 <sup>2</sup>	2010 <sup>2</sup>	2010 <sup>2</sup>
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
	<b>BRASIL</b>	32.004.817	38.987.526	52.904.744	41.603.839	82.013.375	39.137.198	110.875.826	36.041.633	137.755.550	31.835.143	160.925.792	29.830.007
N	Região Norte	1.041.213	1.888.792	1.784.223	2.404.090	3.398.897	3.368.352	5.931.567	4.325.699	9.002.962	3.890.599	11.664.509	4.199.945
NE	Região Nordeste	7.680.681	14.748.192	11.980.937	16.694.173	17.959.640	17.459.516	25.753.355	16.716.870	32.929.318	14.763.935	38.821.246	14.260.704
SE	Região Sudeste	17.818.649	13.244.329	29.347.170	10.984.799	43.550.664	9.029.863	55.149.437	7.511.263	65.441.516	6.855.835	74.696.178	5.668.232
S	Região Sul	4.469.103	7.423.004	7.434.196	9.249.355	12.153.971	7.226.155	16.392.710	5.724.316	20.306.542	4.783.241	23.260.896	4.125.995
CO	Região Centro-Oeste	995.171	1.683.209	2.358.218	2.271.422	4.950.203	2.053.312	7.648.757	1.763.485	10.075.212	1.541.533	12.482.963	1.575.131

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.  
(1) População recenseada. (2) População residente.

FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES, AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – 1960/2010

Região	Grandes Regiões e Unidades da Federação	1960 <sup>1</sup>	1960 <sup>1</sup>	1970 <sup>1</sup>	1970 <sup>1</sup>	1980 <sup>1</sup>	1980 <sup>1</sup>	1991 <sup>2</sup>	1991 <sup>2</sup>	2000 <sup>2</sup>	2000 <sup>2</sup>	2010 <sup>2</sup>	2010 <sup>2</sup>
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
	<b>BRASIL</b>	45.1%	54.9%	56.0%	44.0%	67.7%	32.3%	75.5%	24.5%	81.2%	18.8%	84.4%	15.6%
N	Região Norte	35.5%	64.5%	42.6%	57.4%	50.2%	49.8%	57.8%	42.2%	69.8%	30.2%	73.5%	26.5%
NE	Região Nordeste	34.2%	65.8%	41.8%	58.2%	50.7%	49.3%	60.6%	39.4%	69.0%	31.0%	73.1%	26.9%
SE	Região Sudeste	57.4%	42.6%	72.8%	27.2%	82.8%	17.2%	88.0%	12.0%	90.5%	9.5%	92.9%	7.1%
S	Região Sul	37.6%	62.4%	44.6%	55.4%	62.7%	37.3%	74.1%	25.9%	80.9%	19.1%	84.9%	15.1%
CO	Região Centro-Oeste	37.2%	62.8%	50.9%	49.1%	70.7%	29.3%	81.3%	18.7%	86.7%	13.3%	88.8%	11.2%

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.  
(1) População recenseada. (2) População residente.

Esse forte movimento de urbanização verificado depois do fim da Segunda Guerra Mundial é contemporâneo de um intenso crescimento demográfico, resultante de uma taxa de natalidade elevada e de uma taxa de mortalidade em queda, causadas principalmente pelos progressos sanitários e pela relativa melhoria nos padrões de vida da sociedade. O crescimento da população brasileira automaticamente impulsionou a expansão das cidades, através de um intenso fluxo migratório do ambiente rural para o urbano.

Isso só foi possível graças ao processo de industrialização das cidades, que atraía uma enorme massa de trabalhadores vindos do campo. Em paralelo, a mecanização do campo e a modernização das técnicas de agricultura, aliadas à falta de políticas públicas voltadas para os povos do campo, também forçaram a saída das pessoas para a cidade em busca de emprego e de melhor qualidade de vida. Ou seja, a mão de obra que veio do campo acabou se estabelecendo como um suporte para o processo de industrialização de baixo custo, dentro de uma indústria que não teve capacidade para absorver tantas pessoas.

Então, o grande contingente de mão de obra que foi direcionado para as cidades exigiu que o espaço urbano se adaptasse e apresentasse novas configurações. O aumento dessa população implicou em uma grande necessidade de ampliação de oferta dos serviços e equipamentos urbanos, e também na oferta de moradia. Como isso não ocorreu na mesma proporção do crescimento populacional, a urbanização desordenada trouxe consigo o início da problemática social de habitação no Brasil.

De acordo com Santos (2009), o processo de urbanização intensificado no século XX evidenciou a desigualdade social no Brasil, decorrente da má distribuição de renda, deixando evidentes os sinais do sistema capitalista expressos na criação de espaços de exclusão e proporcionou o surgimento de termos como exclusão social, inclusão precária, segregação territorial e ambiental, ilegalidade e informalidade. Nesse contexto, é possível afirmar que nas últimas décadas do século XX o espaço brasileiro sofreu transformações profundas associadas às desigualdades sociais.

A urbanização crescente, aliada a falta de investimentos necessários, causou a ampliação dos assentamentos habitacionais – em sua grande maioria, precários. Todo esse processo trouxe diversas mudanças na estrutura urbana das cidades o que, por sua vez, ocasionou transformações no modo de viver e de morar, já que as pessoas chegavam às metrópoles, se inseriam em trabalhos mal remunerados e

acabavam por resolver o problema da moradia através da autoconstrução, ou seja, a construção de habitações informais, precárias e que cresciam em completa desordem e, não raro, em áreas de ocupações irregulares.

Daí surgem as favelas, os loteamentos irregulares e os cortiços. Assim, é possível observar que a exclusão e as desigualdades sociais implicam em um setor habitacional precário e que foi se ampliando significativamente ao longo das últimas décadas. A falta de alternativas habitacionais para os segmentos sociais de menor renda resultou na expansão das cidades em direção às áreas mais periféricas. Como resultado, em geral, as periferias das metrópoles cresceram mais do que as regiões centrais, criando grandes zonas de pobreza.

Destaca-se que a moradia irregular não é definida apenas pelas ocupações, favelas ou ausência de moradia. A coabitação extrema, falta de saneamento básico, carências de infraestrutura, ausência de arruamento e questões degradantes da condição humana, comumente vistas nas áreas afastadas que tiveram crescimento irregular, demonstram o problema habitacional no Brasil.

A questão da habitação se torna, então, um problema atrelado não só ao processo de urbanização acelerado das grandes cidades, mas também um problema de ordem econômica que se perpetua: a classe trabalhadora carente de recursos passa a viver em habitações improvisadas, insalubres e, muitas vezes, localizadas em áreas irregulares.

## 2.2 DADOS SOBRE A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL

Segundo um levantamento realizado pela Fundação João Pinheiro (FJP)<sup>2</sup>, publicado em março de 2021, o déficit habitacional do Brasil cresceu e chegou a 5,876 milhões de moradias em 2019. O índice engloba dados de domicílios precários, em coabitação e com elevado custo de aluguel. A mesma pesquisa ainda revelou que esse número representa 8% dos domicílios do país. Nesse contexto, o alto valor do aluguel urbano responde por mais da metade do déficit habitacional total – um total de 3.035.739 de moradias.

---

<sup>2</sup> Órgão oficial de pesquisa em políticas públicas, estatísticas e ensino em administração pública do Governo do Estado de Minas Gerais.

*Déficit habitacional* é um conceito que tem dado sustentação aos indicadores que buscam estimar a falta de habitações e/ou existência de habitações em condições inadequadas como noção mais ampla das necessidades habitacionais. Déficit e inadequação habitacionais podem ser entendidos como a falta de moradias e/ou a carência de algum tipo de item que a habitação deveria estar minimamente fornecendo e que, por algum motivo, não fornece.

Dos mais 72,4 milhões de domicílios brasileiros<sup>3</sup>, cerca de 5,127 milhões (7,08%) correspondem a moradias irregulares, segundo informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020. Esses números representam domicílios caracterizados por um padrão urbanístico irregular, com carência de serviços públicos essenciais e localizados em áreas que apresentam algum tipo de restrição à ocupação. Entram na classificação: favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas.

Os dados do IBGE, PnadC e CadÚnico, compilados pela Fundação João Pinheiro (FIGURA 3), apontam a proporção de cada irregularidade em relação aos domicílios urbanos inadequados no Brasil.

FIGURA 3 - COMPONENTES E SUBCOMPONENTES DO DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL

<b>Componentes e subcomponentes do deficit habitacional</b>	
<b>Habitação precária</b> 1.482.585 (25,2%)	Domicílios rústicos: 696.849 (11,9%)
	Domicílios improvisados: 785.736 (13,4%)
<b>Coabitação</b> 1.358.374 (23,1%)	Unidades domésticas conviventes deficit: 1.261.407 (21,5%)
	Domicílios cômodos: 96.968 (1,7%)
<b>Ônus excessivo com aluguel:</b> 3.035.739 (51,7%)	
<b>Deficit Habitacional:</b> 5.876.699 (100%)	

Fonte: IBGE, PnadC 2019 e CadÚnico 2020, p. 10.  
Fundação João Pinheiro.

<sup>3</sup> De acordo com PNAD Contínua 2019. Desse total, 85,6% eram casas, 14,2% eram apartamentos e 0,2% eram de habitação (casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco). Desses domicílios, 73% eram próprios, 18% eram alugados e 9% eram cedidos.

Domicílios improvisados e domicílios rústicos representam grande parte do déficit habitacional. Enquanto os rústicos tiveram queda em relação aos anos anteriores, os improvisados tiveram crescimento entre 2016 e 2019 (FIGURA 4).

FIGURA 4 - PERCENTUAIS TIPOS DE HABITAÇÕES PRECÁRIAS

Especificações	Habitações precárias (%)			
	2016	2017	2018	2019
Habitações Precárias	22,9	25	24,3	25,2
Rústicos	13,4	13,4	12,1	11,9
Improvisados	9,5	11,5	12,1	13,4
Brasil	100	100	100	100

Fonte: IBGE, PnadC 2019 e CadÚnico 2020, p. 18.  
Fundação João Pinheiro.

Apesar de não ser o foco o recorte sociocultural e econômico da irregularidade habitacional, é importante observar que o número de habitações precárias cresceu mais no Sudeste do que em outras regiões, o que pode ser sugestivo da migração das populações que vivem em situação irregular para regiões mais centrais, onde comumente se busca mais oportunidades (FIGURA 5).

FIGURA 5 - HABITAÇÕES PRECÁRIAS POR REGIÃO

Regiões	Habitações precárias (%)			
	2016	2017	2018	2019
Norte	20,9	20,6	19,8	20,9
Nordeste	45	41,4	43,1	42,8
Sudeste	14,8	16,2	16,5	18,9
Sul	11,9	14,5	13,7	10,8
Centro-Oeste	7,5	7,3	6,8	6,6
Total	100	100	100	100

Fonte: IBGE, PnadC 2019 e CadÚnico 2020, p. 18.  
Fundação João Pinheiro.

A análise por regiões revela que o maior percentual de moradias irregulares é encontrado nos Estados do Norte do Brasil, onde quase um quinto (18,9%) do total de 18,4 milhões de domicílios da região são considerados aglomerados subnormais<sup>4</sup>. Já

<sup>4</sup> “Aglomerado Subnormal” é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação.” – Fonte: IBGE

a região Sudeste, que abriga mais de 86 milhões de pessoas, representa o maior volume absoluto de moradias irregulares: 23,2 milhões. No Nordeste, 8,6% das quase 17 milhões de residências são enquadradas como aglomerados subnormais. Completam a lista o Sul e o Centro-Oeste, regiões nas quais o volume de moradias irregulares é de, respectivamente, 3% e 2,4%.

O estudo concluiu que houve “forte crescimento” no número de domicílios inadequados entre 2018 e 2019 e que, no Brasil, são cerca de 25 milhões de domicílios inadequados (FIGURA 6).

FIGURA 6 - DOMICÍLIOS INADEQUADOS 2016 A 2019

Especificação	Ano			
	2016	2017	2018	2019
<b>Inadequações de Infraestrutura Urbana</b>	<b>13.920.361</b>	<b>14.225.490</b>	<b>13.683.449</b>	<b>14.257.395</b>
Abastecimento de água	10.535.753	10.929.414	10.293.491	10.725.833
Esgotamento Sanitário	4.543.831	4.551.437	4.736.936	4.916.086
Energia elétrica	400.407	419.290	456.109	406.143
Coleta de lixo	801.730	690.316	640.265	553.350
<b>Inadequações Edilícias</b>	<b>10.301.353</b>	<b>10.433.213</b>	<b>10.777.071</b>	<b>11.246.366</b>
Armazenamento	8.283.738	8.341.592	8.624.705	9.000.021
Cômodos servindo de dormitório	1.766.699	1.757.868	1.825.851	1.886.095
Ausência de banheiro	244.304	341.969	371.412	359.872
Cobertura inadequada	862.832	1.058.061	975.451	1.023.757
Piso inadequado	74.207	71.223	74.396	69.187
Inadequação fundiária	2.514.972	2.884.350	2.996.006	3.557.117
<b>Domicílios inadequados</b>	<b>23.072.869</b>	<b>23.665.050</b>	<b>23.668.325</b>	<b>24.893.961</b>

Fonte: IBGE, PnadC 2019 e CadÚnico 2020, p. 30.  
Fundação João Pinheiro.

Ainda, questões como infraestrutura urbana (coleta de lixo, saneamento básico, acesso a luz e água) também são características de moradias impróprias, igualmente mais concentradas nas regiões afastadas, destacando-se, no Brasil, o Norte e Nordeste como as regiões mais desfavorecidas.

Agora, para entender melhor o problema habitacional brasileiro da atualidade, é fundamental destacar os impactos da pandemia que ainda não foram totalmente estimados. A pandemia do coronavírus atingiu os sistemas de saúde ao redor de todo o mundo, bem como a situação financeira de todos os países. No Brasil, um efeito



colateral e perverso foi a grave acentuação da desigualdade social, que já vinha crescendo nos últimos anos.

Em meio à pandemia do coronavírus, o número de cidadãos que vivem abaixo da linha da pobreza triplicou, e atinge cerca de 27 milhões de pessoas, o que equivale a 12,8% da população brasileira. Em 2011 esse número era de 12,1% (cerca de 25,5 milhões de brasileiros). Os cálculos mostram o papel devastador da COVID-19 no país que, aumentou ainda as disparidades regionais. Pesquisadores afirmam ainda que os altos níveis de desemprego e a ausência de políticas públicas dificultaram o acesso à renda, conduzindo para o pior cenário da pobreza no Brasil, nos últimos dez anos.

Esse impacto certamente só será medido completamente nos próximos anos. Mas os números indicam uma tendência extremamente pessimista em relação ao déficit habitacional do país. Com o aumento do desemprego, a alta dos alimentos e a diminuição no valor do auxílio emergencial em 2021, muitas famílias perderam suas moradias e passaram a viver nas ruas ou ocupações – seja de terrenos ou prédios que não cumprem a função social.

### 2.3 A QUESTÃO HABITACIONAL NA CIDADE DE CURITIBA

Curitiba é conhecida, tanto a nível nacional quanto internacional, por conta de um *aparente* resultado de sucesso de planejamento urbano. No entanto, o que se tem é uma *imagem* disseminada de cidade que está intrinsecamente ligada ao planejamento urbano próximo do ideal, conferindo à capital paranaense títulos como “cidade modelo”, “capital de primeiro mundo”, “cidade planejada”, “capital ecológica”, entre outros.

Essa *ideia* de uma espécie de “cidade que deu certo” está tão enraizada no imaginário social que apresenta diversos obstáculos para a construção de outras leituras sobre a cidade, por parte da Academia, dos profissionais de planejamento e urbanismo e dos cidadãos de Curitiba, o que acaba por reforçar ainda mais essa imagem. A mídia local, nacional e internacional também contribui muito para legitimar este estereótipo.

A capital paranaense é a cidade mais populosa do Sul do Brasil<sup>5</sup> e se destaca nos indicadores econômicos porque apresenta o 5º maior PIB<sup>6</sup> entre as capitais brasileiras. Além disso, abriga uma expressiva concentração de indústrias, comércios e de oferta de serviços. No entanto, mesmo que a renda média da cidade seja elevada, ela é mal distribuída, e os bons índices de desenvolvimento contrastam com regiões periféricas abandonadas pelo poder público, socialmente vulneráveis e com problemas habitacionais.

Mesmo que seja frequentemente referenciada pelo planejamento urbano continuado, qualidade de vida superior aos padrões brasileiros, pelo equilíbrio urbano e pela preocupação em relação à cultura, lazer e meio ambiente, o que coloca Curitiba nesse patamar depende mais de um processo de consolidação da imagem de “cidade ideal”, do que da realidade em si. Ao mesmo tempo que apresenta regiões dotadas de uma estrutura urbana invejável, bem atendidas com transporte público de qualidade, vias rápidas e altos índices de desenvolvimento humano, Curitiba abriga muitos bairros e assentamentos precários que ficam “escondidos”.

A restrita mobilidade urbana e social desta população menos favorecida, habitante de uma cidade “ilegal” e distante – tanto fisicamente quanto economicamente dos destacados “cenários urbanos” de Curitiba, reflete uma cidade segregada e excludente, onde os espaços planejados, bem localizados e bem servidos por infraestrutura e serviços quase sempre restringem-se às regiões habitadas pela população de mais alta renda, enquanto que as distantes periferias, mal equipadas e marcadas por informalidade urbana e vulnerabilidade social são habitadas por populações, na maioria das vezes, com os piores rendimentos. (CARVALHO, 2014, p. 2)

Essa disparidade socioeconômica segrega grande parte da população e aparta as populações de baixa renda do centro bem desenvolvido. Os bairros periféricos concentram a maior parte das ocupações irregulares e quase a totalidade dos conjuntos habitacionais da cidade. “Curitiba, tomada como cidade modelo de planejamento urbano, está cercada por uma coroa formada de numerosos núcleos de terras invadidas, muitos dos quais estão em áreas de proteção ambiental” (MARICATO, 2003, p.159).

---

<sup>5</sup> De acordo com a estimativa da população dos municípios divulgada pelo IBGE em 2020.

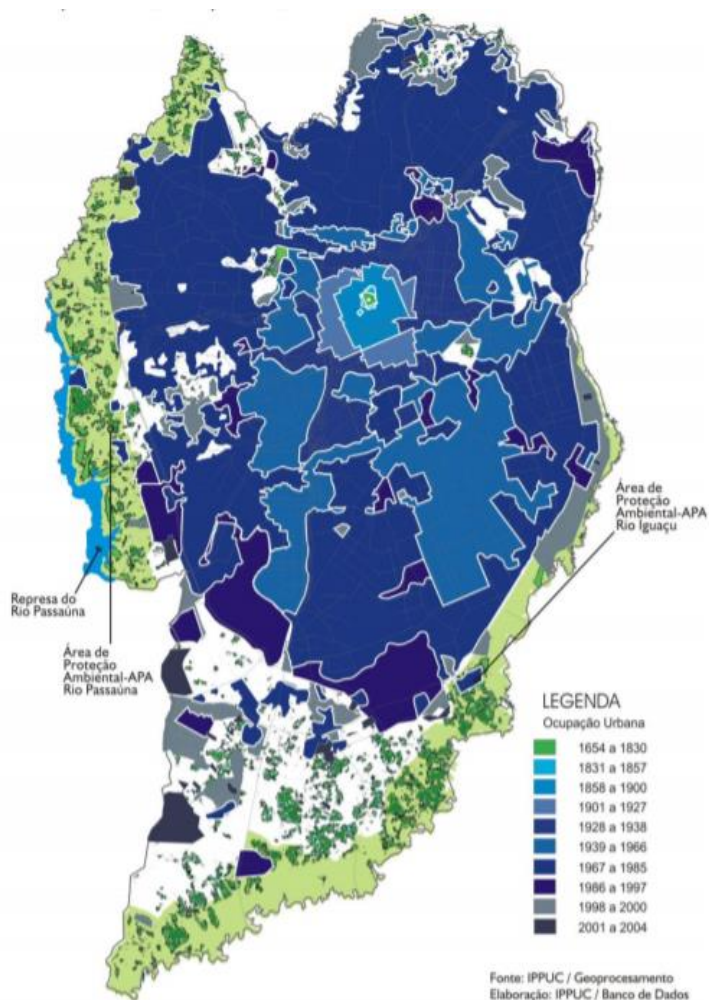
<sup>6</sup> De acordo com as estimativas do Produto Interno Bruto – PIB Dos Municípios – referência 2010, divulgadas em 2018.

### 2.3.1 HISTÓRICO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO IRREGULAR NA CIDADE DE CURITIBA

Para fazer uma análise do processo histórico que envolve o estabelecimento de moradias em áreas de ocupação dentro de Curitiba, podemos tomar a década de 1970 como ponto de partida. Isso porque foi durante esse período que o Estado do Paraná passou a atuar mais fortemente com foco no planejamento urbano da capital, proporcionando investimentos públicos e privados de forma extensiva. Isso criou uma região de grande valorização que contrasta muito com outras áreas menos privilegiadas.

Porém, nesta mesma década, o Paraná sofreu um intenso êxodo rural, reflexo da crise da economia cafeeira e Curitiba foi um dos principais destinos para os migrantes. A maior parte desse contingente não conseguiu se instalar adequadamente na cidade e passou a ocupar regiões que estavam alheias ao projeto de planejamento e expansão urbana da época. Essas áreas, em sua maioria, localizavam-se nas bordas dos municípios junto aos limites com outras cidades da Região Metropolitana (CARVALHO, 2009).

MAPA 01 – EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA EM CURITIBA NO PERÍODO DE 1654 A 2004.



FONTE: IPPUC - Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente (2007) – p. 17

De acordo com Albuquerque (2007), os primeiros registros oficiais de áreas de ocupação irregular em Curitiba datam do ano de 1971, e apresentavam 21 locais, compostos por 2.213 domicílios (aproximadamente 8.852 pessoas). A partir deste ano, o IPPUC começou a realizar um levantamento sistemático das ocupações irregulares em Curitiba, identificando as áreas e os domicílios irregulares, o que possibilitou compreender a evolução histórica desse tipo de ocupação. Segundo Rolim (1985), as primeiras favelas de Curitiba foram a Favela do Valetão e a Vila Pinto.

TABELA 1 – MUNICÍPIO DE CURITIBA: TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DOS DOMICÍLIOS E DOS DOMICÍLIOS EM OCUPAÇÕES IRREGULARES

Períodos	Períodos IBGE	Taxas de crescimento anual dos domicílios Total	Períodos IPPUC	Taxas de crescimento anual dos domicílios em Ocupações Irregulares
1º período	1970-1980	6,72	1971-1979	13,44
2º período	1980-1991	3,47	1979-1992	16,61
3º período	1991-1996	4,17	1992-1996	3,08
4º período	1996-2000	2,75	1996-2000	2,45

FONTE: ALBUQUERQUE (2007) – p. 44

Com base na TABELA 1, é possível afirmar que durante as décadas de 70, 80 e início de 90 se observa um crescimento acelerado das ocupações irregulares no município. No entanto, esse cenário muda drasticamente a partir de 1992, quando as taxas de crescimento dos domicílios irregulares passam de 16,61% ao ano para 3,87% na primeira metade da década de 90.

TABELA 2 – MUNICÍPIO DE CURITIBA: INCREMENTO DOMICILIAR TOTAL EM OCUPAÇÕES IRREGULARES

Períodos	Períodos IBGE	Incremento domiciliar Municipal	Períodos IPPUC	Incremento domiciliar em Ocupações Irregulares	% no incremento total
1º período	1970-1980	115 229	1971-1979	3 854	3,34
2º período	1980-1991	109 687	1979-1992	38 646	35,23
3º período	1991-1996	79 359	1992-1996	7 329	9,24
4º período	1996-2000	49 351	1996-2000	5 291	10,72

FONTE: ALBUQUERQUE (2007) p. 45

Já a TABELA 2 revela que as altas taxas de crescimento anual dos domicílios irregulares registradas na década de 80 e início de 90, tiveram um forte impacto na porcentagem de participação desses domicílios no incremento domiciliar municipal registrado para o período. De acordo com dados do IBGE, de 1980 a 1991 a cidade de Curitiba teve um acréscimo de quase 110 mil domicílios. Desse total, aproximadamente 38 mil foram construídos em ocupações irregulares, ou seja, 35% do incremento domiciliar da década de 80 se deu de modo irregular.

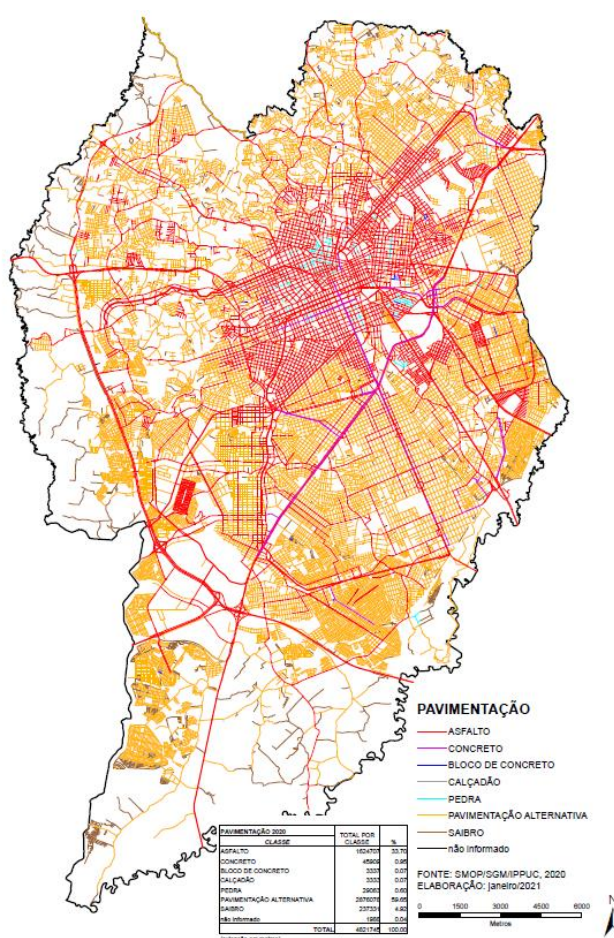
Albuquerque (2007) destaca em seu estudo que do incremento de domicílios irregulares registrados entre 1979 e 1992, 20 mil foram construídos nos dois primeiros

anos da década de 90. Portanto, entre 1990 e 1992 foi quando ocorreu o maior crescimento de domicílios irregulares em Curitiba. No entanto, o maior crescimento de áreas de ocupação irregular se deu em um período imediatamente anterior. Das 301 áreas irregulares identificadas pelo IPPUC até o ano 2000, 143 foram formadas no período entre 1984 e 1989.

Isso não significa que as moradias irregulares tenham diminuído ou estagnado nos anos seguintes. Tampouco que a cidade, por meio dos representantes oficiais, tenha desenvolvido estas áreas a ponto de diminuir o impacto deste crescimento. Em 2020, o IPPUC mapeou o Município de Curitiba com base na pavimentação, o que demonstra que este acesso não atingiu toda a cidade, sendo potencialmente focada na região central e bairros nobres em detrimento daqueles afastados.

Ao observar o MAPA 02 é possível concluir que há um volume imenso de ruas e avenidas asfaltadas nas regiões centrais, enquanto que nas áreas mais distantes, apenas as vias principais foram pavimentadas com asfalto.

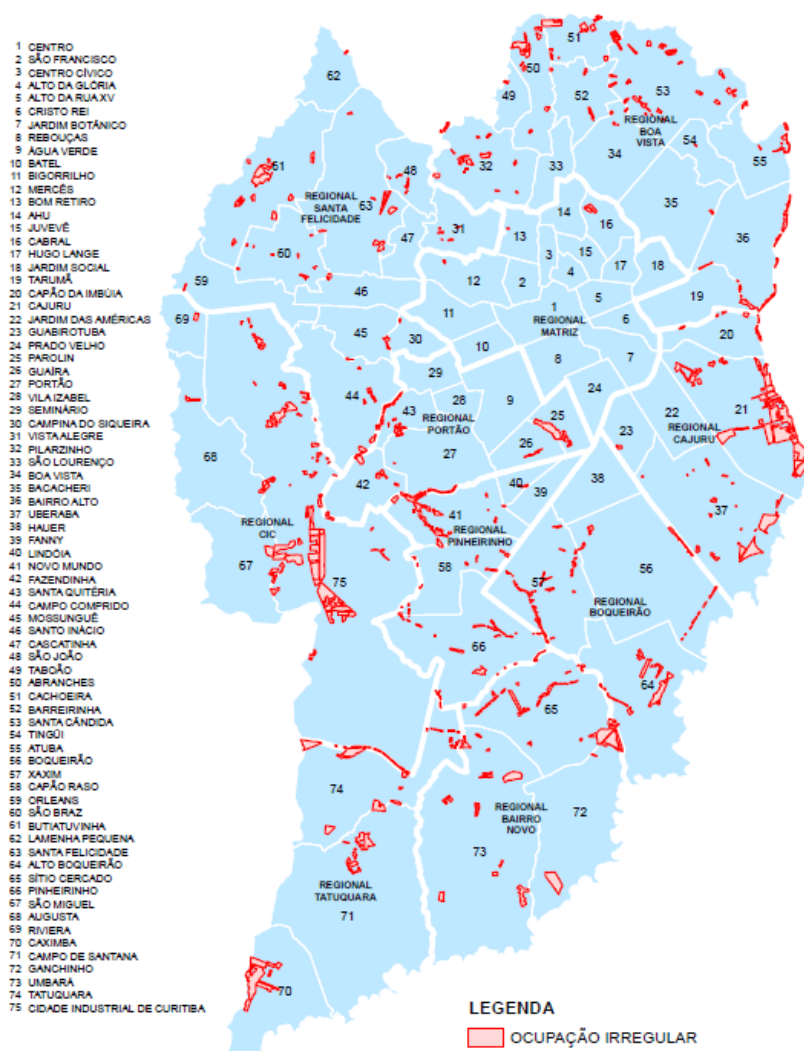
MAPA 02 – PAVIMENTAÇÃO EM CURITIBA



Fonte: IPPUC, 2020.

É o que se observa também no mapa das ocupações irregulares realizado em 2016 pelo Instituto: a região conhecida por “regional matriz”, que engloba os bairros centrais, praticamente não possui qualquer alteração neste sentido. A urbanização crescente a partir de 1970 culminou em áreas distantes com ocupações habitacionais em situação degradante, eis que, além de irregulares de nascença, foram ignoradas pelos órgãos públicos e governantes durante todo este período, tendo tido pouco desenvolvimento imobiliário.

MAPA 03 – OCUPAÇÕES IRREGULARES EM CURITIBA



FONTE: COHAB, 2016  
ELABORAÇÃO: IPPUC, 2016.

O Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente (2007), organizado pelo IPPUC e pela Cohab reforça que, desde o início

das ocupações, estas se deram em áreas públicas e terrenos particulares “sem interesse para o setor imobiliário” (PR, 2007), acarretando em moradias irregulares em áreas sujeitas a inundação, áreas de proteção ambiental e próximas a rodovias.

Com o crescente aumento das ocupações na década de 1980 e com desarticulação do Sistema Financeiro de Habitação, as ocupações irregulares aumentaram de 7.716 para 11.929 em 5 anos (PR, 2007, p. 52). As décadas seguintes foram permeadas pela atuação do poder público municipal, como a implantação do Fundo Municipal de Habitação (1990), expansão do plano de ocupação da região sul, e a chamada Operação Cajuru (realocando famílias da região do Rio Atuba). No início dos anos 2000 foi aprovada a legislação de zoneamento, uso e ocupação do solo, e a Cohab implementou projeto a fim de regularizar ocupações periféricas.

A TABELA 3, a seguir, mostra a evolução das ocupações em Curitiba entre 1979 e 2005:

TABELA 3 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS EM ÁREA DE OCUPAÇÃO IRREGULAR EM CURITIBA – 1979/2005

Ano	Nº de ocupações	Nº de domicílios
1979	46	6 067
1987	87	11 929
1996	167	33 778
2000	301	57 333
2005	341	62 267

FONTE: IPPUC/COHAB-CURITIBA

Nota-se que, independentemente dos esforços do poder público em promover melhorias nas ocupações, estas continuaram ocorrendo. Ao superarem o proporcionado pelas políticas públicas, as pessoas residentes em moradias irregulares encontraram respaldo a seus anseios nos movimentos populares de seus iguais, moradores de ocupações habitacionais que viviam as mesmas dificuldades e lutavam pelo direito de moradia digna.

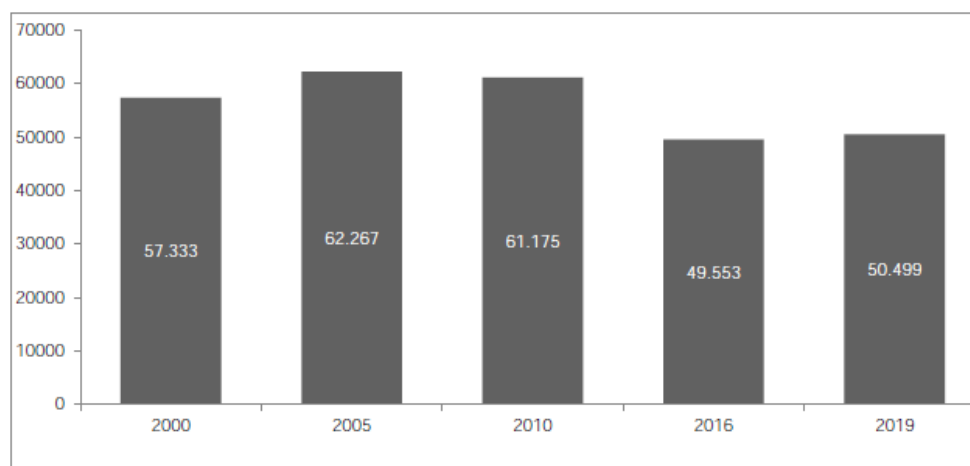
Em comparação aos dados de 2005, houve um incremento de 32,84% no número total dos assentamentos irregulares.<sup>7</sup> No entanto, embora o número total de áreas de ocupação irregular seja maior que o registrado em 2005, o número estimado de domicílios localizados nessas regiões atualmente é menor: o diagnóstico realizado

<sup>7</sup> Planos Setoriais Habitação e Regularização Fundiária Diagnóstico. 2020. IPPUC e Cohab.



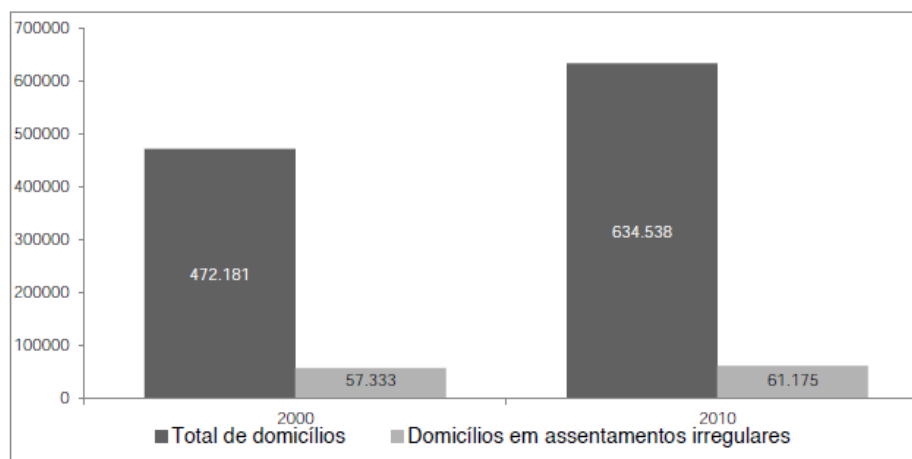
em 2019 pelo IPPUC e pela COHAB para os Planos Setoriais Habitação e Regularização Fundiária apontam para 50.499 domicílios (cerca de 175 mil habitantes).

FIGURA 7 - GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DE DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES EM CURITIBA - 2000-2019



FONTE: COHAB-CURITIBA, 2019

FIGURA 8 - GRÁFICO COMPARATIVO DA RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE DOMICÍLIOS LOCALIZADOS EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA – 2000/2010



FONTE: COHAB-CURITIBA, 2019

Conforme podemos observar na FIGURA 7 e na FIGURA 8, o crescimento dos domicílios em áreas de ocupação não acompanhou o crescimento dos demais domicílios da cidade, em 2000 o percentual de residências em assentamentos irregulares era de 12,14%. Em 2010 houve uma redução para 9,64% (isso pode ser devido a uma melhora do quadro econômico do país no período). Porém, as figuras

também indicam que dos anos 2000 até o ano de 2019, as medidas do poder público para mitigar o problema da habitação dentro da capital paranaense foram capazes de atender apenas cerca de 12% dos domicílios.

### 2.3.2 HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS POPULARES POR MORADIA NA CIDADE DE CURITIBA

Com o crescimento da urbanização e, conseqüentemente, das ocupações e moradias irregulares na cidade, foram surgindo movimentos populares a fim de requerer seus direitos básicos à moradia.

Com o mote constitucional de que o direito à moradia é um direito fundamental, estes grupos se organizam para conquistar melhores condições perante às instituições públicas. Volochko (2016) elenca alguns em Curitiba, como o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), União por Moradia Popular Paraná (UMP-PR), Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento Popular por Moradia (MPM), Resistência Urbana, “da qual fazem parte o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto)” (VOLOCHKO, 2016, p. 45).

Destes, o MTST, por exemplo, foi criado em 1997 buscando não apenas direito à moradia, mas “educação, saúde, transporte coletivo e infraestrutura básica nos bairros onde atua”<sup>8</sup>. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia foi criado em 1990 e a União Nacional por Moradia Popular, em 1989.

Tonella (2005) aponta que o contexto do surgimento destes movimentos foi significativo em razão da democracia recém chegada. Além disso, deve-se observar que a Constituição Federal data de 1988, vinda após o período de ditadura, e visando assegurar direitos antes violados. Isso significa que estes movimentos tinham foco maior na luta, já que não precisavam simplesmente lutar contra o poder público, mas podiam vislumbrar a chance de negociar com estes.

O movimento popular por moradia de Curitiba [...] ocorreu não mais sob a égide do autoritarismo, já que seu período foi de plena reorganização

---

<sup>8</sup> ALBUQUERQUE, Filipe. **Quem são os movimentos sem teto e por que eles fazem da invasão sua principal arma.** Gazeta do Povo, 02/05/2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/quem-sao-os-movimentos-sem-teto-e-por-que-eles-fazem-da-invasao-sua-principal-arma-5pdhl2txuw4z19w5cmcjhtynu/>>. Acesso em 06 set 2021.

democrática. A nova dinâmica política fez com que o movimento assumisse características diferenciadas daquela do simples enfrentamento do poder público, característico de todo o período autoritário. No caso em tela, os espaços de negociação se ampliaram, os mediadores do conflito se mostraram diversificados e, por fim, os agentes sociais e políticos envolvidos possuíam múltiplas inserções: enquanto participantes de associações de moradores, de membros da Igreja Católica e de partidos políticos. (TONELLA, 2005, p. 80)

Carvalho (2014) acentua o contexto político (fim da ditadura, nova Constituição) como impulsionador dos movimentos de moradia, culminando em novas garantias legais.

Em meados da década de 1980, com o fim do período da ditadura no Brasil e as discussões por uma nova Constituição para o país, afloraram movimentos sociais e discussões sobre reformas e mudanças. Os movimentos por moradia, acesso à terra e de reforma urbana foram atuantes e conquistaram avanços legais. Além de dois capítulos da Constituição Brasileira de 1988 versarem sobre a política urbana, em 2001 a instituição da Lei 10.257 - que viria a ser conhecida como "Estatuto da Cidade" - atua para consolidar as premissas referentes ao direito à habitação e usufruto do espaço urbano, proporcionando medidas legais aos municípios brasileiros para que estes disponham de instrumentos para democratizar o espaço citadino. Mecanismos para combater a especulação imobiliária e disponibilizar terra urbanizada aos mais necessitados como Imposto Predial Urbano Progressivo, utilização compulsória e desapropriação com títulos de dívida pública foram devidamente legalizados. Da mesma forma, a instituição da Usucapião Especial Urbana, Concessão de Uso Especial para fins de Moradia e das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) representaram avanços e novas possibilidades para a habitação popular das cidades brasileiras, as quais passariam a contar, obrigatoriamente, com um Plano Diretor participativo, exceto as menores de 20 mil habitantes. (CARVALHO, 2014, p. 9)

Pode-se citar como exemplo a ocupação que surgiu no mês de outubro, logo após a promulgação da Constituição de 1988, na região do bairro Boqueirão (numa área particular conhecida como Sítio Cercado). As associações de bairro, que já passavam a se organizar desde o início da década (TONELLA, 2005, p. 87), foram responsáveis pelo planejamento, que durou cerca de 2 anos, culminando com mais de 10 mil pessoas morando na ocupação, que passou a ser chamada de Ocupação do Xapinhal (TONELLA, 2005, p. 91). A organização culminou com negociações com os proprietários, a prefeitura, o poder legislativo municipal e os representantes dos ocupantes.

Os movimentos envolvidos com estas ocupações priorizam propriedades que não cumprem sua função social. As ocupações 29 de Março e Nova Primavera, por

exemplo, foram realizadas em regiões de indústrias e buscavam pressionar o poder público para a construção de moradias através de programas governamentais.

Estas ocupações ocorreram em terrenos particulares pouco valorizados (entre indústrias e galpões), sendo organizadas pelo MPM e lutando pela construção, via Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (em parceria com a Caixa Econômica Federal), de empreendimentos residenciais para as famílias. As ocupações acima citadas se caracterizam por serem ocupações organizadas – diferindo-se das “ocupações espontâneas”, que inclusive ocorrem no entorno dessas ocupações e que são resultantes de assentamentos informais constituídos por meio de loteamentos clandestinos. (VOLOCHKO, 2016, p. 46)

Tonella destaca que estes movimentos têm ciência da ilegalidade dos atos de ocupação, mas que, na maioria das vezes, os caminhos legais não surtem os efeitos desejados. Ainda, se fundamentam nos seus próprios direitos, ocasionando um conflito legal principiológico e normativo.

A população pobre lutou e buscou espaço no âmbito da legalidade enquanto achou ser possível encontrar soluções por essa via. Quando todos os esforços se mostraram inúteis, ela transgrediu a lei do direito à propriedade, baseada, no entanto, num senso de transgressão legal e numa indignação moral que lhe diz que a especulação imobiliária é crime e que o direito à moradia precede o direito à propriedade. (TONELLA, 2005, p. 93).

Um efeito do crescimento destes movimentos populares foi o crescimento da consciência política entre os moradores da periferia, assim como o senso de coletividade entre estes grupos.

Segundo dados do IBGE à época, apenas 6% dos brasileiros estavam filiados a partidos políticos, a associações de classe, sindicatos. No conjunto do trabalho, uma constante foi a demonstração do avanço no perfil associativo da periferia. Não apenas associações de moradores localizadas proliferaram mas, principalmente, as chamadas entidades congregativas, que se constituíram em nível de região, como é o caso da Organização do Xapinhal, ou aquelas que se constituíram com base em um linha política, como a União Geral de Bairros e, ainda, aquelas de caráter nacional, como a Central de Movimentos Populares. Nesta mesma direção, registre-se o início de uma imprensa própria dos movimentos comunitários, cujo Jornal do Xapinhal foi o primeiro de uma série. Assim, novas trincheiras de luta da sociedade civil foram se constituindo (TONELLA, 2005, p. 93).

Além deste, outro efeito observado é o controle que os movimentos fazem das moradias mercantilizadas, assim como da utilização do espaço ocupado para o devido fim de moradia por todas as famílias a serem auxiliadas.

A organização do MPM realiza diversas “rondas” para verificação dessas tentativas, que ocorrem, de “privatizar” e até negociar lotes da ocupação através das demarcações que muitas famílias realizam. Em tais rondas a organização desfaz tais demarcações. Uma das estratégias utilizadas para coibir e combater essas práticas ainda “arraigadas” no imaginário e no modo de realizar ocupações nas periferias urbanas pelas classes populares é a vistoria/o controle constante do ritmo de construção dos barracos pelos ocupantes. Dessa forma, há uma espécie de cronograma de “fases construtivas” que as famílias devem cumprir, e que atestam que elas efetivamente estão morando nos barracos por necessidade de moradia e não como modo de acumular capital com um loteamento do terreno. Assim, aqueles barracos que, após algumas semanas, estão vazios e precariamente estruturados – apenas com lonas, sem estruturas de madeira – são desocupados. Os barracos são organizados em ruas já no momento da ocupação – para facilitar e organizar a sequência de entrada das famílias no terreno – e alguns dias após a entrada os barracos são cadastrados e identificados com numerações (VOLOCHKO, 2016, p. 46).

Os grupos organizados em prol da defesa da moradia também impactam as ocupações realizadas preocupando-se não só com seus entes como com os demais aspectos sociais salutar a todos, como o meio-ambiente, ao evitar áreas de proteção ambiental (evitando configuração criminal) (VOLOCHKO, 2016, p. 48). Com o viés político, as organizações definem lideranças a fim de garantir melhores negociações com os órgãos públicos (conforme frisado previamente como um dos principais benefícios da existência destes aos ocupantes).

Posteriormente à ocupação são realizadas diversas assembleias e nesses espaços consolida-se a mobilização e a socialização da organização interna da ocupação, com o estabelecimento de lideranças de setores da ocupação que auxiliam na condução cotidiana dos trabalhos de construção, reunião de materiais, instalação de energia elétrica etc. Constam ainda das ações sociopolíticas do MPM e dos integrantes-moradores das ocupações a realização de atos e manifestações nos espaços da vizinhança das ocupações e também no centro da cidade, junto à sede da CAIXA e da Prefeitura, como modo de pressionar os agentes na resolução da situação, o que envolve o reconhecimento da ocupação e seu enquadramento no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades para que seja realizado, em parceria entre COHAB, Prefeitura, CAIXA e MPM um projeto de urbanização e construção de unidades habitacionais nas ocupações. (VOLOCHKO, 2016, p. 48)

Volochko aponta também a existência da atividade destes movimentos em propriedades vazias ou abandonadas em regiões mais centrais, diferentemente das ocupações afastadas e precárias que ocorrem majoritariamente. Este tipo de ocupação é associado a movimentos como União Nacional pela Moradia Popular (UNMP), do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e a Central de Movimentos Populares (CMP) (VOLOCHKO, 2016, p. 48). O autor aponta que “trata-

se de outra estratégia de luta pela moradia, com implicações diferentes, já que tais ocupações se voltam para áreas que contam com ótima infraestrutura, sendo muitas vezes próximas do contexto de trabalho dos ocupantes”.

Além da luta por direitos e da representatividade deste grupo de cidadãos excluídos socialmente, a participação dos movimentos por moradia é importante por trazer unidade à associação. Ademais, Tonella aponta que “as ocupações provocaram impacto no traçado urbano curitibano e forçaram mudanças de atitudes por parte das autoridades no trato com a população organizada. Os episódios envolvendo, muitas vezes, milhares de pessoas, impediram a ação de forças repressivas” (2005, p. 94).

Ainda, destaca-se que, além de toda a proteção conferida a este grupo vulnerável, os movimentos de luta por moradia conquistaram maior espaço e direitos para sua população através da organização e associação para conquistar diálogo e negociação com os órgãos públicos.

Na busca de solução do problema de moradia, inúmeras forças agiram em concerto para fazer o movimento caminhar -- partidos, igrejas, associações. A partir do fortalecimento desses movimentos foi inaugurado um novo patamar de negociações com os órgãos públicos. Um exemplo contundente desta afirmação foi o avanço ocorrido em Curitiba no que diz respeito à participação das entidades representativas na elaboração de critérios para a inscrição na COHAB e na negociação e escolha de lotes através do Projeto Lote Povo. Conta nessa relação o nível de preparo dos componentes do movimento que, ao longo de diversas lutas, foram acumulando experiência em negociações com as autoridades e dominando o saber especializado no campo do urbanismo. (TONELLA, 2005, p. 94).

A história e o contexto das ocupações e das moradias irregulares no Brasil e em Curitiba são confundidos com os dos movimentos de luta, vez que estas famílias marginalizadas conquistaram seus espaços através da congregação com seus pares, e os movimentos surgiram espontaneamente da união formada entre estes grupos que lutavam pelos seus direitos.

### **3 A NARRATIVA DE GÊNERO DOCUMENTAL**

A narrativa documental se apresenta, no contexto deste trabalho acadêmico, como o mais ideal tipo de abordagem (em termos de construção narrativa) para o problema da habitação na cidade de Curitiba. A escolha deste formato é justificada por inúmeras razões que servirão como base para a estruturação deste capítulo. Aqui também não se busca tecer análises profundas de concordância ou discordância em

relação à visão dos autores utilizados como referência, mas sim, trazer as bases teóricas fundamentais para justificar a escolha do gênero documental para o desenvolvimento do produto audiovisual em questão.

### 3.1 O FILME DOCUMENTÁRIO

Pode-se afirmar que a linguagem audiovisual é constituída por um sistema de elementos básicos que se organizam em diferentes níveis de complexidade, exercendo uma função sinestésica no espectador. Assim, constrói sentidos sem que a consciência identifique com exata precisão quais os mecanismos de produção de significado que estão envolvidos nesse contexto. Esse conjunto de códigos compartilhados se baseia no som e nas imagens em movimento para compor uma narrativa específica com um objetivo em si mesma.

O documentário (filme não-ficcional), como gênero audiovisual, utiliza essa linguagem para representar a realidade, mesmo que, em função de suas características, ainda exista grande controvérsia em relação à definição do gênero documental. É a análise da linguagem audiovisual em filmes documentários que permite a avaliação da coerência entre o discurso audiovisual e a realidade representada. De acordo com Bill Nichols em *Introdução ao Documentário* (2020) quando acreditamos que o que vemos é uma prova do que o mundo é, isso pode embasar nossa orientação ou ação nele.

Numa época em que os principais meios de comunicação reciclam as mesmas histórias sobre os mesmos assuntos repetidas vezes, arriscam pouco na inovação formal, continuam comprometidos com patrocinadores poderosos, com suas próprias agendas políticas e exigências restritivas, é o cinema documentário independente que traz um olhar novo sobre os eventos do mundo e conta, com verve e imaginação, histórias que expandem horizontes limitados e despertam novas possibilidades. (NICHOLS, 2020, p. 25)

Assim, a linguagem documental surge não só como uma alternativa ao típico formato de narrativa explorado pelos grandes meios de comunicação, mas também serve como uma plataforma ideal para abordar assuntos que pouco interessam a estes veículos. Além disso, os filmes documentais carregam consigo um forte caráter não só informativo, mas também educativo, e muitas vezes têm por objetivo instruir

ou chamar a atenção para algum tipo de questão em um universo infinito de temas e possibilidades temáticas.

Aqui também é fundamental fazer uma ressalva sobre o modelo documental como instrumento de mobilização social. Isso porque o vídeo documental sempre esteve intimamente ligado às transformações históricas e sociais que ocorreram no mundo e, em especial, no Brasil. Esse formato acompanhou diferentes momentos da história humana contemporânea, como por exemplo, o início do processo de industrialização europeu, as Guerras Mundiais, a Revolução Russa ou a ditadura no Brasil.

### 3.1.1 DEFINIÇÃO DE DOCUMENTÁRIO

Certamente, é possível argumentar que o documentário nunca teve uma definição muito precisa. No âmbito das pesquisas acadêmicas, o mais comum é que apareçam algumas versões da definição de documentário proposta por John Grierson: “tratamento criativo da realidade”. Mas, segundo Nichols (2020), essa visão deixa sem solução a tensão entre “tratamento criativo” e “realidade”.

“Tratamento criativo” sugere a liberdade artística da ficção, ao passo que “realidade” nos lembra das responsabilidades do jornalista e do historiador. Que nenhum dos termos seja dominante e que o documentário equilibre a visão criativa com respeito pelo mundo histórico, na verdade, identificam uma fonte da atração exercida pelo documentário. Nem invenção ficcional nem reprodução fatural, o documentário recorre à realidade histórica e a ela se refere ao representá-la de uma perspectiva diferente. (NICHOLS, 2020, p.30)

Desse modo, podemos emprestar do autor, referência mundial no estudo do filme documental, uma nova definição: “os documentários falam de situações ou acontecimentos reais e honram os fatos conhecidos: não introduzem fatos novos, não comprováveis. Falam sobre o mundo histórico diretamente, não alegoricamente” (NICHOLS, 2020, p. 31). Ou seja, as narrativas documentais têm por objetivo capturar pessoas e acontecimentos que pertencem ao mundo físico que compartilhamos, e geralmente não apresentam personagens ou ações inventados para se referir indiretamente ou alegoricamente a uma história que pertence a este mundo.

Além disso, os documentários retratam pessoas reais e não atores representando papéis ensaiados. Em vez disso, elas costumam “representar” ou



apresentar a si mesmas. Portanto, uma vez que um documentário se propõe a contar uma história, essa história é uma representação plausível do que aconteceu ou ainda acontece, mas não é uma interpretação imaginativa do que poderia ter acontecido. De todo modo, ele não é uma reprodução exata da realidade, mas uma *representação* do mundo que vivemos.

Pode-se afirmar também que nas últimas duas décadas a internet foi responsável por um processo de intensa propagação do gênero documental através de sites como o YouTube e Facebook, que apresentam uma infinidade de produtos audiovisuais que imitam os documentários, além de outros formatos quase documentais, semidocumentais, falsos-documentários e documentários genuínos, que adotam novas formas e abordam temas nunca antes explorados.

Tal fato implica no surgimento de diversos fatores que dificultam ainda mais uma definição concreta do gênero. Porém, segundo Bill Nichols, quando olhamos para essa extensa série de filmes e séries presentes no mundo da internet, podemos considerar, a título de análise definitiva, o documentário “como qualquer outro gênero”: o faroeste ou a ficção científica, por exemplo. Para pertencer a um gênero, todo e qualquer filme deve atender a determinadas convenções comuns aos filmes já classificados como tal. E são exatamente essas convenções que nos ajudam a distinguir um gênero de outro.

Mais do que o uso do comentário, utilizar o recurso da “voz de Deus”, as entrevistas, a gravação de som direto, os cortes utilizados para introduzir imagens que ilustrem ou complicam a situação mostrada na cena, o uso de atores sociais ou de pessoas que se apresentam em suas atividades e papéis cotidianos e o uso de dados e estatísticas para confirmar a visão do autor são algumas características comuns a muitos documentários. A lógica informativa que organiza o filme em relação às suas representações do mundo histórico e o eterno embate entre o cineasta e o seu produto documental também são fortes exemplos de convenções que guiam a produção desse tipo de produto audiovisual.

Em resumo, os documentários tratam da realidade, de pessoas reais e de histórias sobre o que realmente aconteceu, independente das técnicas cinematográficas e decisões estéticas que guiam o seu desenvolvimento como produção audiovisual. Diferente de documentos, da gravação de som ou da fotografia utilizada como indícios de comprovação a um fim técnico qualquer, o documentário se apresenta como muito mais que uma comprovação. O gênero representa uma

maneira particular de ver o mundo, de fazer propostas, ou de oferecer outros pontos de vista sobre ele. Nesse sentido, surge como uma maneira de interpretar o mundo, através da comprovação.

Ainda de acordo com Nichols (2020), os documentários estimulam um desejo de saber (epistefilia) no público e, nos melhores exemplos, transmitem uma lógica informativa, uma retórica persuasiva e uma poética comovente, que prometem informação e conhecimento, descobertas e conscientização. Assim, é possível determinar um vínculo extremamente profundo entre o documentário e o mundo histórico, já que o gênero acrescenta uma nova dimensão à memória popular e à história social.

### 3.1.2 PONTO DE VISTA E AS QUESTÕES ÉTICAS NO DOCUMENTÁRIO

Um filme documental geralmente não tem a mesma estrutura dos filmes de ficção, com pontos de virada (*plot points*), barreiras, e outros elementos característicos responsáveis pelo desenvolvimento da trama em si. Porém, os documentários têm a mesma necessidade estrutural, que é manter o público interessado, do início ao fim do filme, da mesma forma constituindo arcos narrativos que apresentam o conflito, geram expectativa e determinam uma conclusão.

Essa estrutura dramática é constituída por personagens, espaço da ação, tempo da ação e conflito, portanto, implica saber contar uma história: organizar a estrutura em cenas e sequencias que se sucedam de modo lógico, com objetivo de suportar uma ideia a ser transmitida. Essa ideia a ser transmitida constitui a visão do realizador sobre um determinado assunto (PENAFRIA, 2001).

A partir das reflexões de Manuela Penafria, é possível concluir que o filme documental necessariamente depende de uma estrutura dramática de construção narrativa intrinsecamente ligada a um determinado *ponto de vista*. A percepção e o olhar do realizador sobre o mundo é o que irá nortear a produção do filme e determinar a forma como tema é apresentado ao espectador. Através dos aspectos técnicos e estéticos da produção cinematográfica, o realizador busca concretizar o seu ponto de vista e materializar o filme com base nessa visão, conforme explica Penafria: “É através do uso da câmera de filmar e da montagem que o documentarista define qual o ponto de vista a transmitir e, conseqüentemente, qual o nível de envolvimento do espectador”. (2001, p. 2)

A escolha do ponto de vista implica em uma decisão estética que afetará diretamente os aspectos da produção, como os planos de filmagem, posição de câmera, aliando dois conceitos importantíssimos na cadeia de produção cinematográfica, o controle gráfico e narrativo do produto, ambos responsáveis pelo envolvimento do espectador. Os tipos de controle são complementares, interdependentes e dificilmente são estudados e construídos de forma separada. Ou seja, a construção da história narrada depende da montagem das imagens produzidas, assim a escolha por um ou outro plano, iluminação conversam com o clima, cenário e fatos narrativos.

Um documentarista pode, dependendo da proposta de suas produções, optar por um ou por outro método, o que implica em controles gráficos e narrativos distintos. Em um mesmo filme essa balança pode ser alternada várias vezes conforme o ritmo de envolvimento que o realizador queria impor. O ponto de vista impacta também nas questões éticas envolvendo uma produção documental. Isso porque as escolhas do documentarista direcionarão a forma como a produção será produzida, exibida e como poderá ser interpretada pelos espectadores.

A questão ética não está relacionada apenas ao ponto de vista, mas permeia toda a produção. Isso porque a construção do produto envolverá pessoas no papel de atores não profissionais, chamados por Nichols de atores sociais (2016). O autor explica que a produção documental tem por objetivo apresentar uma realidade, mas que “não defendem simplesmente os outros, representando-os de maneira que eles próprios não conseguiriam; em vez disso, intervêm mais ativamente ou propõem uma intervenção para obter consentimento ou influenciar uma opinião” (NICHOLS, 2016, p. 62).

Segundo Nichols (2016, p. 64), “os atores sociais continuam a levar a vida mais ou menos como fariam sem a presença das câmeras”. Para isso, os produtores devem, necessariamente, obter uma cessão de direito de imagem de todas as pessoas por eles filmadas, e isto dá ao cineasta poder total de decisão do uso daquelas imagens, uma vez que o personagem concede os direitos, perdendo, portanto, o controle do resultado (NICHOLS, 2016, p. 65).

Marcus Freire (2007, p. 15) destaca isso como “uma relação de poder”, em que o realizador “detém o domínio sobre um processo em construção, enquanto as pessoas filmadas a ele são submetidas”. Ou seja, não apenas as questões éticas estão presentes na relação entre o produtor/produto e a audiência, como na relação

entre os produtores e os participantes do documentário. Enquanto, de um lado, questiona-se se as escolhas do documentarista influirão na experiência do espectador, por outro lado tem-se o cuidado em relação aos atores sociais envolvidos nesta produção. Nichols (2016, p. 64) dispõe que o valor destes para o cineasta “consiste no que a própria vida dessas pessoas incorpora”, acarretando em questionamentos de fundamentos éticos sobre a participação destes sujeitos e de que forma sua atuação é representada. Até mesmo a escolha dos personagens perpassa por estes levantamentos, vez que existem pessoas mais carismáticas a ponto de atrair a audiência para o filme ou para sua atuação.

O mesmo vale para a influência do produtor nas filmagens de cena, no quanto ele participa do filme, fazendo ou não perguntas prévias ou durante as gravações, explicando aos atores sociais as possíveis consequências e conclusões a que se pode chegar com o documentário ou agindo como mero observador. Quanto a estes pontos, Nichols (2016, p. 72) questiona o “consentimento informado”, perguntando-se se os participantes devem ser informados das possíveis consequências de sua participação, se isto seria transparente para que o sujeito possa escolher participar ou se pode macular a produção, uma vez que, detendo a informação, a produção não tenha a mesma genuinidade e lisura enquanto documentário.

Por outro lado, o autor indaga se privar os envolvidos de informações relevantes ao desenrolar do projeto seria prática enganosa, o que teria impactos legais, e serviria - de certo modo - para coletar informações privilegiadas daquele grupo. Todos estes questionamentos decorrem da ética que, para Nichols (2016, p. 96) “existe para regular a conduta de grupos em assuntos nos quais regras inflexíveis ou leis não bastam”. Muitas vezes não apenas as leis não bastam, como suas interpretações podem ser divergentes ou incompatíveis, ou até não haver previsão legal sobre o embate, chamadas de lacunas jurídicas.

Portanto, “a ética passa a ser a medida de como as negociações sobre a natureza da relação entre o cineasta e as pessoas que ele filma têm consequências tanto para aqueles que estão representados no filme como para os espectadores” (NICHOLS, 2016, p. 71).

Estas discrepâncias estão ligadas ao cineasta agir como “representante das pessoas filmadas ou da instituição patrocinadora, e não como membro da comunidade” (NICHOLS, 2016, p. 74). Seus interesses, portanto, não são os mesmos daqueles que estão sendo filmados. Nichols (2016, p. 74) enuncia que o cineasta tem

o desejo de produzir um filme marcante e os indivíduos de “ver respeitados seus direitos sociais e sua dignidade pessoal” (2016, p.74).

A realidade é que “o cineasta controla a câmera e, assim, detém um poder que os outros não detêm” (NICHOLS, 2016, p. 76). Freire (2007, p. 15) explica que ao “deter o controle sobre a montagem, o realizador detém o controle sobre o produto final”. Ou seja, independentemente de ter havido qualquer conflito entre os envolvidos na produção, “raramente isso aparece no filme, pois tudo pode ser elidido na edição ou na montagem” (FREIRE, 2007, p. 15). Pode-se concluir, portanto, que um documentário, quase sempre, é o resultado de uma relação de poder cujo produto final significa a supremacia do realizador nessa relação.

Para evitar o descompasso apresentado, é importante que toda a cadeia produtiva do documentário tenha enraizadas as questões éticas. Goldovskaya (2006 apud FREIRE, 2007) determina que “Ética é ética, pois não é regulada por lei; é uma questão de consciência”. Para a autora, consciência é uma questão pessoal, não universal e, portanto, o cineasta deve ter responsabilidade quanto ao que e como produz. Freire contrapõe a autora a Habermas, cujo trabalho dispõe que esta individualidade é moral.

Independentemente das vertentes principiológicas que diferenciam os conceitos, é incontestável que, mais do que atenção ao ordenamento jurídico vigente no local de produção e exibição da obra, o cineasta e os demais produtores envolvidos devem se ater ao bom senso na hora de se conectar aos atores sociais e à comunidade envolvida na produção do documentário. Toda a ação, individual ou da equipe, em relação a um sujeito ou a todo o grupo envolvido, gerará impactos. Resta aos produtores saberem delimitar sua atuação profissional com zelo pelos demais, de forma não só a preocupar-se com o resultado de seu trabalho e com a opinião dos destinatários deste, mas com aqueles que, com sua própria vivência, tornam possível a elucubração concebida.

### 3.1.3 O FORMATO DOCUMENTAL E SUA UTILIZAÇÃO NO JORNALISMO

Conforme explicitado previamente, o documentário é um gênero narrativo utilizado para retratar cenários, fatos e histórias não-ficcionais. O formato transita entre o universo cinematográfico e o jornalístico no ponto em que utiliza as ferramentas daquele e o compromisso com a verdade deste. Cristina Teixeira Vieira

de Melo aponta que “o documentário ocupa uma posição ambígua e polêmica na história, teoria e crítica do cinema”. E acrescenta que,

Se, por um lado, recorre a procedimentos próprios desse meio - escolha de planos, preocupações estéticas de enquadramento, iluminação, montagem, separação das fases de pré-produção, produção, pós-produção, etc por outro, procura manter uma relação de grande proximidade com a realidade, respeitando um determinado conjunto de convenções: registro in loco, não direção de atores, uso de cenários naturais, imagens de arquivo etc (MELO, p. 25).

Estas últimas características, não típicas do universo cinematográfico, são similares às das reportagens. É no jornalismo que se observa a utilização dos cenários naturais, pessoas reais que vivenciam aquele mundo falando a respeito do tema, etc. É o que diz Melo (2002, p. 27) quando afirma que “o fato de ser um discurso sobre o real e utilizar imagens in loco são características que aproximam o documentário do discurso jornalístico”. Acrescenta, também, que “o documentário pretende descrever e interpretar o mundo da experiência coletiva. Essa é a principal característica que aproxima o documentário da prática jornalística” (2002, p. 29).

De toda forma, no entanto, não são estas características que fazem do documentário um produto jornalístico. Ao contrário do que prega o mito da imparcialidade jornalística, o documentário tem como característica ser parcial. A autora ensina que “Enquanto o jornalismo busca um efeito de objetividade ao transmitir as informações, no documentário predomina um efeito de subjetividade, evidenciado por uma maneira particular do autor/diretor contar a sua história” (MELO, 2002, p. 28). E conclui que esta é a razão pela qual “o documentário é um gênero essencialmente autoral” (idem).

Quanto a esta classificação do gênero, ela discorre que “o mero registro de imagens e sons do mundo não reflete, por si só, o valor do gênero documentário. Exige-se uma intervenção, um posicionamento autoral do documentarista no modo como as imagens e sons se sucedem” (MELO, 2002, p. 36). Neste ponto, apesar de o documentário se aproximar do jornalismo, também se distancia, pois é necessário que o produtor aplique na obra as suas crenças sobre o tema, direcione o que será documentado e aplique seu posicionamento. Ainda que a imparcialidade jornalística não seja verdadeiramente possível, mas, no máximo, almejada, no documentário ela não é nem mesmo desejada. É fundamental que o filme documental expresse a opinião do autor com base nos fatos e nas imagens reais, já que “o documentário é

um gênero fortemente marcado pelo olhar do diretor sobre seu objeto” (MELO, 2002, p. 29).

De maneira mais ilustrativa, Melo explica que o narrador também diferencia, de certo modo, o documentário e a reportagem televisiva. Isso porque, nesta última, o repórter está fisicamente presente na cena com o entrevistado, ou ao menos narrando os fatos de maneira coesa através de sua locução (2002, p. 30), enquanto no documentário “a presença do narrador não é obrigatória. Os Depoimentos podem ser alinhavados uns aos outros sem a necessidade de uma voz exterior, oficial, unificadora, que lhes dê coerência” (2002, p. 30). Ou seja, apesar do registro factual equiparado ao jornalístico, a apresentação do produto se aproxima do âmbito cinematográfico, em que as imagens e as falas dão o tom do conteúdo.

Enquanto isso, tem similaridade com o jornalismo em relação à necessidade da conexão com o real, com a pesquisa, arquivos e depoimentos de vozes relevantes àquela narrativa.

Durante a produção do documentário, o documentarista recorre a diversas fontes para coletar as informações que lhe são necessárias. Essas fontes tanto podem ser consultas a arquivos (dos quais se extrairão informações para integrar o documentário) como simples conversas com pessoas envolvidas ou conhecedoras do assunto abordado. (MELO, 2002, p. 34)

E de outro ângulo, diferentemente do cinema ficcional tradicional, o documentário conta com atores reais, personagens que trazem na vivência o fato que se busca afirmar.

A perfectibilidade do filme dialoga com a imperfectibilidade dos intérpretes, personagens reais do mundo existente. Como os diálogos não podem ser previamente escritos e costumam não ser previsíveis, diz-se que um documentário é o argumento encontrado. (PENAFRIA, 1999, p. 109 apud MELO, 2002, p. 26).

Além disso, tem-se que “um documentário é construído ao longo do processo de sua produção. Mesmo existindo um roteiro, o formato final somente se define com as filmagens, a edição e a montagem” (MELO, 2002, p. 26). Ou seja, o que define o documentário não é ser jornalístico ou cinematográfico, mas “o fato de ser um discurso pessoal de um evento que prioriza exigências mínimas de verossimilhança, literalidade e o registro in loco”, tornando-se uma obra autoral, com a personalidade de quem o idealizou e com recursos típicos do cinema.

## 4 A WEB SÉRIE COMO FORMATO

O ato de contar histórias está tão intrinsecamente ligado à natureza humana quanto o natural interesse e a curiosidade que elas instintivamente nos despertam. A narrativa, como forma de comunicação, está presente no cotidiano desde o tempo das cavernas, quando desenhos eram registrados nas rochas para constituir um certo tipo de narrativa.

Passando pela oralidade, materializada na contação de história, pela escrita que constitui a literatura, pelas imagens (pinturas, fotografias e até esculturas), pelo audiovisual do cinema e da televisão, a narrativa vive hoje um novo momento: o da hipermídia. Devido à consolidação do espaço cibernético e da facilidade de interação entre os usuários, característica do universo digital, as narrativas se expandiram para novos formatos.

É nesse contexto que surgem as narrativas transmídia, que são conteúdos que se apropriam de outras mídias alternativas, isto é “o conjunto de meios que permite acesso simultâneo a textos, imagens e sons de modo interativo e não linear, possibilitando fazer links entre os elementos de mídia, controlar a própria navegação” (GOSCIOLA, 2008, p. 34-35).

O conceito vem de Henry Jenkins, cujo estudo disciplina a convergência midiática. Sua obra “Cultura da Convergência” conceitua a narrativa transmidiática como “aquela que se desenvolve por meio de diferentes plataformas de mídia” (2008, p. 27). Isto é diferente da reprodução do mesmo conteúdo em diversas plataformas: é a conectividade entre as mídias de forma que a cada um seja adaptado um formato ideal para aquele meio.

Jenkins afirma ser

contra a ideia de que a convergência deve ser compreendida principalmente como um processo tecnológico que une múltiplas funções dentro dos mesmos aparelhos. Em vez disso, a convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos midiáticos dispersos. (JENKINS, 2008, p. 27)

A evolução tecnológica teve papel fundamental neste desenvolvimento. Silva e Zanetti (2013, p. 3) apontam que “programas de rádio, por exemplo, agora são transmitidos via streaming pela Web, assim como a programação de vários canais de



TV”. E complementam exemplificando outras formas com as quais as inovações tecnológicas aproximam uma mídia da outra, destacando que

Hoje é possível acessar um perfil de redes sociais, por exemplo, pela televisão, gravar um vídeo em um celular e disponibilizá-lo em instantes na Web, ir às compras sentado confortavelmente em frente ao computador. É possível ter acesso a um conteúdo produzido em um País que o usuário jamais conheceu, interagir com este, recriá-lo, adaptá-lo ou até mesmo redirecioná-lo em várias outras plataformas. (SILVA; ZANETTI, 2013, p. 3-4).

A ideia da narrativa transmidiática é pensar cada produto para o meio mais adequado. Eles podem, no entanto, ser conectados, uma vez que pode-se produzir, com base no mesmo produto, um para o cinema, outro para streamings, jogos de videogame ou quadrinhos. Altafini e Gamo, porém, destacam que o acesso aos produtos derivados deve ser autônomo, para que não se vincule necessariamente ao originário no consumo e cada um seja um “vetor de acesso ao “universo narrativo” do projeto” (2010, p. 46).

Este cenário de conectividade, ou convergência, propiciou o crescimento de novos formatos de comunicação, como a narrativa seriada. O formato já era encontrado em publicações impressas e no cinema, mas é tipicamente visto na televisão (SILVA; ZANETTI, 2013, p. 3).

Dentro deste conceito, surgem as webséries: um texto narrativo em linguagem audiovisual, dividida em episódios e geralmente produzida para circular em meio cibernético. Espelha-se muito nas séries de televisão, embora apresentem baixo orçamento (pela dificuldade de conquistar patrocinadores), episódios mais curtos e temporadas menores (AERAPHE, 2013). Caracteriza-se por ser vinculada exclusivamente à Web, e ter suporte nas tecnologias “como os aparelhos móveis de acesso à internet e a própria popularização da banda larga, assim como o armazenamento de dados em nuvem e a reprodução de vídeos por streaming” (SILVA; ZANETTI, 2013, p. 5). Estes autores, de maneira similar a Jenkins, afirmam que a similaridade das webséries com o que até então era visto através do meio televisivo, faz com que sejam produtos convergentes.

As webséries valorizam os conceitos aplicados de repetitividade e serialidade, utilizando alguns recursos similares das formas seriadas da TV para embasar a continuidade de seus produtos, muitas vezes utilizando divisões como temporadas e episódios, porém sem capítulos. o que as transformam em produtos que de certa forma são convergentes (SILVA; ZANETTI, 2013, p. 5-6).

A websérie, portanto, é uma narrativa audiovisual seriada, feita para ser difundida na hipermídia. Existe a possibilidade de identificá-la como narrativa hipermediática, pois é um produto com alto nível de navegabilidade e de interatividade. Esse tipo de formato permite uma ótima interação com links externos, abre espaço para hiperlinks de vídeos relacionados e outras páginas afins. Além disso, a websérie ainda permite um relacionamento mais estreito entre autor e espectador.

Hergesel (2016) dispõe que este tipo de narrativa também é encontrado em redes sociais e blogs. No entanto, a mídia mais disseminada deste formato são sites como Youtube, que hospedam canais de forma organizada e monitoram os acessos, de maneira “similar ao conceito de Ibope televisual, que possibilita o lucro dos produtores independentes” (SILVA; ZANETTI, 2013, p. 4).

A serialidade implica na existência da continuidade daquela narrativa, que pode se dar através de capítulos ou episódios, conexos ou não entre si (SILVA; ZANETTI, 2013). Independente do conteúdo, do gênero ou do formato escolhido para a websérie (vídeo, áudio, texto etc), Hergesel (2016, p. 156) a define como

uma narrativa audiovisual dividida em episódios e veiculada no espaço cibernético, visto que tal formato contém os elementos necessários para a construção de um texto narrativo midiático: enredo, personagens, ambientação, temporalidade, foco narrativo e discurso.

Em contrapartida, Gamo e Altafini delimitam que as webséries são “projetos de ficção audiovisual seriada nos quais a proposta original é a veiculação via internet” (2010, p. 48). Ainda, buscam os desdobramentos transmidiáticos desde o cerne, já que são pensados para novas mídias, abstendo-se da utilização das tradicionais.

Quanto ao conflito com estas, Jenkins já tratava da polêmica ideia de que as novas mídias substituiriam as antigas. E, a este respeito, concluiu que a convergência midiática traria conectividade, atingindo-se um equilíbrio.

Se o paradigma da revolução digital presumia que as novas mídias substituiriam as antigas, o emergente paradigma da convergência presume que novas e antigas mídias irão interagir de formas cada vez mais complexas. O paradigma da revolução digital alegava que os novos meios de comunicação digital mudariam tudo. Após o estouro da bolha pontocom, a tendência foi imaginar que as novas mídias não haviam mudado nada. Como muitas outras coisas no ambiente midiático atual, a verdade está no meio-termo. Cada vez mais, líderes da indústria midiática estão retornando à convergência como uma forma de encontrar sentido, num momento de

confusas transformações. A convergência é, nesse sentido, um conceito antigo assumindo novos significados. (JENKINS, 2008, p.30-31)

Assim, a convergência dos meios possibilita a criação de novos produtos e formas de comunicação, gerando interatividade entre as novas tecnologias e as formas tradicionais de comunicação. Um destas é a narrativa seriada, que embasa o formato de websérie, também convergente entre os novos vlogs, blogs e redes sociais, e o cinema e a televisão, já reconhecidos pela utilização dos produtos audiovisuais seriados.

## **5 AQUI NÃO HÁ ESCRITURAS**

A websérie surgiu a partir do desejo do realizador de criar um documentário audiovisual com real valor histórico e social e que abordasse um problema contemporâneo dentro da cidade de Curitiba. Como é possível identificar ao longo deste documento e, também, por meio do produto em questão, a capital paranaense revela um enorme contraste entre as classes mais ricas e as mais pobres, e assim, constrói um panorama que pode ser verificado em todas as capitais do Brasil. Em “Aqui Não Há Escrituras” as áreas de ocupação irregular são utilizadas como pano de fundo para explorar a questão do déficit habitacional – a falta de moradia adequada – que assola grande parte da população brasileira.

Foram produzidos cinco episódios com aproximadamente oito minutos cada. Na medida em que o espectador avança no seriado, se tornam mais claras as reivindicações dos moradores dessas comunidades e ganham luz os principais fatores históricos, sociais, políticos e econômicos que perpassam a questão da moradia na capital paranaense. O documentário é composto e narrado por oito vozes: Dona Hilma, Dona Junia, Maria Delma, Luiz Belmiro, Leandro F. Gorsdorf, Pedro Carrano, Mauro Kugler e Goura Nataraj.

Hilma de Lourdes Santos, conhecida como Dona Hilma, é moradora do Jardim Bonfim, uma comunidade localizada na cidade de Almirante Tamandaré (na Região Metropolitana de Curitiba) e que há mais de 25 anos se dedica a lutar ao lado do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN). Há muito tempo ela se tornou uma referência no Paraná quando o assunto é a luta por habitação por se mostrar sempre ativa e operante frente aos movimentos de luta popular que clamam por políticas públicas destinadas à habitação e à regularização de áreas de ocupação.

Segundo Dona Hilma (2021), as principais reivindicações do MLNM são as regularizações das moradias que se encontram em áreas de ocupação irregular e o despejo zero. “Vamos continuar lutando também para que o governo faça uma política pública de habitação. Porque sem política pública não tem como construir casas”. (informação verbal)<sup>9</sup>.

O que eu acho importante hoje é que a gente continue na luta e na resistência. Que a gente seja capaz de mostrar para os poderes constituídos [...] que a cidade é nossa, que o perímetro urbano também é nosso e que nós somos donos de um pedaço da cidade: fazemos parte dela e a gente “quer ela”. A moradia não deve ser vista como mercadoria, mas sim como um direito, que é o que está na constituição de 1988 [...] E que a moradia, antes de ser um direito constitucional, é um direito humano – é um direito fundamental. (SANTOS, 2021)<sup>10</sup>

A segunda liderança comunitária entrevistada em “Aqui Não Há Escrituras” é Junia Celle, conhecida como Dona Junia, que é moradora da Vila Joanita, uma ocupação irregular localizada no bairro do Tarumã que começou a se urbanizar há cerca de 40 anos. Junia é presidente da associação de moradores e participa ativamente dos movimentos populares por moradia desde 2014. De acordo com ela, sua luta começou nesse mesmo ano quando a Cohab iniciou uma ação de despejo na área, sem um plano de realocação que atendesse às necessidades da comunidade. Para completar a visão de Dona Junia, o documentário também apresenta a fala de Maria Delma, que é moradora da Vila Joanita e vice-presidente da associação de moradores.

Eles vieram que nem uma máquina pra cima do morador. Como se a gente não existisse pra eles, como se não fosse um ser humano ali. Um ser humano que tem uma história, que tem toda uma cultura dentro da sua moradia. [...] “Botou” técnico pra conversar com a gente. O que que a gente vai ouvir do técnico? Ele não tem muito. Porque ele não vive. Quem conhece e tem a sua história é quem vive. Quem sabe o que é bom é quem construiu, quem urbanizou. Não é um técnico da Cohab. Pra mim a Cohab não representa nada. (CELLE, 2021)<sup>11</sup>

O documentário também se utiliza da fala de especialistas para apresentar, de um ponto de vista técnico, os fatores que compõe a questão habitacional na cidade de Curitiba. A websérie traz depoimentos do professor Luiz Belmiro para fazer um

<sup>9</sup> Informação fornecida por Hilma Lourdes Santos, coordenadora do MLNM no Paraná, em 29 de outubro de 2021.

<sup>10</sup> Trecho do depoimento de Hilma Santos que consta no segundo episódio da websérie.

<sup>11</sup> Trecho do depoimento de Junia Celle que consta no terceiro episódio da websérie.

apanhado histórico e social do processo de urbanização local e abordar os principais problemas sociais decorrentes da falta da moradia adequada. Belmiro é mestre e doutorando em sociologia pela UFPR, integrante do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano (PPU) da mesma universidade e professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR).

Curitiba não foge do padrão que a gente encontra nas grandes metrópoles do Brasil, em como se deu o seu processo de urbanização e de crescimento. Em Curitiba, assim como nas outras cidades, a gente encontra um processo [...] que é excludente e que condena os mais vulneráveis, os mais pobres, às piores condições de vida também no meio urbano. [...] Muitas vezes, por falta de condições de acessar o mercado imobiliário, elas acabam tendo de ocupar irregularmente. Porque esse mercado não é pra elas.” (BELMIRO, 2021)<sup>12</sup>

Para abordar a questão da moradia sob a ótica do Direito, o documentário traz as falas do professor Leandro F. Gorsdorf, que é doutor em direito pela UFPR, professor adjunto da mesma instituição, e atua na área de prática jurídica em Direitos Humanos. De acordo com Gorsdorf, durante o processo Constituinte foi fundamental a participação dos movimentos populares e das associações de bairros para o surgimento da Emenda Popular que estabelece as diretrizes para a Reforma Urbana no Brasil. (informação verbal).<sup>13</sup>

Ao garantir a segurança da posse, a gente abre pra essas pessoas a possibilidade de acesso a outros direitos. Não garantir a segurança da posse é não garantir outros direitos, como o direito à saúde, direito à educação, direito ao trabalho, direito à água, direito ao saneamento. A moradia acaba sendo a porta de entrada para todos os outros demais direitos. (GORSORF, 2021)<sup>14</sup>

Já Pedro Carrano, que é jornalista do Brasil de Fato<sup>15</sup> e morador da Vila Canaã (uma área de ocupação irregular localizada no Bairro Novo Mundo), aparece no documentário para tecer uma visão crítica a respeito da cobertura geral da imprensa hegemônica sobre a questão da moradia. De acordo com Carrano, falta uma proximidade do profissional da comunicação com os movimentos sociais e com as

---

<sup>12</sup> Trecho do depoimento de Belmiro que consta no primeiro episódio da websérie.

<sup>13</sup> Informação fornecida por Leandro F. Gorsdorf em 10 de novembro de 2021.

<sup>14</sup> Trecho do depoimento de Gorsdorf que consta no segundo episódio da websérie.

<sup>15</sup> Brasil de Fato é um site de notícias e uma agência de rádio brasileira, que também possui jornais regionais no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Pernambuco. Possui uma rede nacional e internacional de jornalistas, colaboradores, articulistas e intelectuais de esquerda.

causas populares, não só por conta das limitações impostas pelos próprios veículos de comunicação, mas também por fatores de construção histórica e social.

Claro que há uma postura conservadora das direções das empresas, mas eu acredito que o profissional, o repórter tem condições de fazer um trabalho com relativa autonomia e qualidade. Mas me parece que na correria do cotidiano, e pelo próprio urbanismo excludente de Curitiba, os profissionais da reportagem acabam não tendo contato com essas situações de áreas de ocupações (que hoje estão no Tatuquara), a situação de trabalhadores do CIC, as demandas por moradia, ou por saúde. As demandas sociais acabam sendo um cotidiano muito distante da vida dos profissionais da comunicação". (CARRANO, 2021)<sup>16</sup>

Com objetivo de exibir um posicionamento oficial da Companhia de Habitação de Curitiba (Cohab) a websérie traz o depoimento de Mauro Kugler, que é Diretor Técnico da Instituição e explica não só o funcionamento da empresa, como também aborda alguns dos fatores que dificultam o processo de regularização das áreas de ocupação. De acordo com Kugler, um dos principais problemas enfrentados é a falta de verba e os processos burocráticos e judiciais que estabelecem as diretrizes de atuação da instituição. Segundo Kugler, todas as áreas de ocupação irregular são mapeadas, estão no "radar" da Cohab e são atendidas na medida do possível.

No último capítulo de "Aqui Não Há Escrituras" temos o depoimento do Deputado Estadual Jorge Brand (PDT), mais conhecido como Goura, que foi o principal articulador da 1ª Conferência Popular de Habitação de Curitiba. O evento aconteceu entre os dias 05 e 09 de outubro de 2021 e foi organizado também pelos mandatos das vereadoras Professora Josete (PT) e Carol Dartora (PT), e do vereador Renato Freitas (PT), em parceria com 20 coletivos ligados à moradia social e aos direitos humanos de Curitiba e Região.

As imagens da Assembleia Pública, que ocorreu na ocupação Vila Nova Esperança em Campo Magro/PR, como fechamento da 1ª Conferência Popular de Habitação, também integram a websérie e são utilizadas de modo a reforçar a atualidade e relevância do tema, que, apesar de muito negligenciado, está sendo sim discutido dentro do poder público.

Causa um espanto: como é que estamos acostumados a viver com essa desigualdade? Como é que a gente se acostumou a viver com tanta injustiça? [...] A desigualdade faz parte do modo de ser das

---

<sup>16</sup> Trecho do depoimento que consta no terceiro episódio da websérie.

nossas cidades. Mas existe também uma tentativa deliberada de mascarar os problemas. Tem mais de 200 mil pessoas vivendo em situação precária na “capital modelo”, na capital dos paranaenses, e isso não é visto pelo poder público e não é visto pela sociedade. [...] A lógica da moradia, da habitação, ela ainda é uma lógica pautada pelas regras do mercado, do lucro. (GOURA, 2021)<sup>17</sup>

“Aqui Não Há Escrituras” é uma websérie documental experimental que se propõe a expor as principais nuances da luta por moradia na capital paranaense e revelar um contraste oculto da “cidade modelo”, adjetivo que há décadas vem sendo utilizado para definir Curitiba como uma das melhores cidades para se viver no Brasil. O recorte apresentado pelo documentário busca convidar o espectador à reflexão sobre a importância de se ter um lugar para morar e poder chamá-lo de seu. Tem o objetivo de ilustrar e ressaltar a importância do direito à moradia e revelar a omissão dos poderes públicos frente a essa temática.

## 5.1 MÉTODOS, DESAFIOS E SOLUÇÕES

A websérie “Aqui Não Há Escrituras” foi totalmente pensada, planejada e executada por um único autor (com apoio de um operador de drone para as imagens aéreas) em pouco mais de dois meses. Todos os equipamentos utilizados para captação de imagem e som e edição pertencem ao próprio realizador, autor deste trabalho, e por isso é possível identificar alguns problemas técnicos de captação: a falta de um estabilizador de câmera, ou de um gravador que funcionasse junto com o microfone de lapela, por exemplo. Por isso mesmo, é possível concluir que os resultados obtidos são satisfatórios.

O processo de realização começou a partir da busca por pesquisas, artigos de referência, mapas e reportagens relacionados à questão da moradia, não só em Curitiba, mas no Brasil. Esse é um tema que, no geral, já foi abordado em muitos trabalhos acadêmicos e que historicamente já foi retratado pela imprensa sob as mais diversas abordagens. Além disso, existe uma grande quantidade de dados disponíveis sobre o assunto em portais online de instituições como o IBGE, o IPPUC e a própria Prefeitura Municipal de Curitiba. Portanto, foi possível encontrar facilmente os dados que compõem a contextualização estatística sobre o tema.

---

<sup>17</sup> Trecho do depoimento que consta no quinto capítulo da websérie.

Depois de reunir uma ampla gama de materiais de referência, foi preciso passar para o processo de seleção das fontes. A partir de um mapa mental organizado em quatro eixos (liderança, parecer acadêmico, parecer técnico e parecer político) foi possível elencar alguns prováveis personagens para compor a websérie. Encontrar as fontes certas e que estivessem realmente disponíveis para aparecer no documentário foi um grande desafio, já que não foi possível obter contato com grande parte das pessoas previamente selecionadas. Depois disso, algumas pessoas contatadas não se sentiam preparadas para falar sobre o tema, principalmente em relação ao processo de urbanização em Curitiba.

Após confirmar a participação das fontes e as datas de gravação, foi construído um pré-roteiro de cada um dos episódios a partir dos conteúdos que seriam abordados e quais seriam as imagens a serem produzidas. Por conta da falta de tempo entre o início das gravações e a finalização do produto, não foi possível construir um roteiro completo. Isso também representou mais um obstáculo na realização do documentário já que a ideia inicial para a websérie previa uma fuga do formato de “*talking heads*”, que se baseia integralmente na captação de entrevistas.

As gravações das entrevistas foram distribuídas ao longo de três semanas e então, depois de todo o material bruto gravado, iniciou-se o processo de decupagem e, posteriormente, o de edição. Para montar cada um dos capítulos que compõem “Aqui Não Há Escrituras”, o realizador utilizou, além dos vídeos captados, imagens da internet e fotos disponíveis no ambiente virtual para ilustrar de forma simples as falas dos entrevistados. Cada episódio exigiu cerca de cinco horas de trabalho de edição, sem considerar as alterações finais sugeridas pelo professor que orientou esse projeto.

## 5.2 OS CINCO EPISÓDIOS

### 5.2.1 EPISÓDIO 01<sup>18</sup>

O episódio que abre a websérie, tem cerca de oito minutos de duração e inicia-se com imagens aéreas captadas na ocupação Vila Nova Esperança, localizada em Campo Magro/PR, muito próxima dos limites municipais da cidade de Curitiba. Lá foi

---

<sup>18</sup> Episódio 01 - Link do YouTube: <https://youtu.be/6kmsaoLBlc4>



realizada a 1ª Conferência Popular de Habitação de Curitiba e Região Metropolitana. A partir da fala do professor Luiz Belmiro, é apresentado um breve retrospecto histórico e social do processo de urbanização da capital paranaense e já são revelados alguns dos fatores que obrigam os cidadãos das faixas mais pobres da sociedade a ocuparem irregularmente certas regiões da cidade. Em suma, este é o principal enfoque deste capítulo: apresentar uma introdução sobre o processo de formação das ocupações irregulares e uma contextualização a respeito dos argumentos jurídicos que justificam a luta por moradia.

O professor Leandro Gorsdorf ressalta a importância dos movimentos populares no processo de formação da Emenda Popular para a Reforma Urbana e destaca os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, que trouxe um elenco de instrumentos jurídicos e urbanísticos de regularização fundiária. Luiz Belmiro também destaca a violação de direitos básicos que está ligada à questão da luta por moradia, enquanto que Hilma dos Santos conta um pouco sobre sua trajetória nos movimentos populares.

FIGURA 09 – VINHETA DE ABERTURA DO EPISÓDIO 01



Fonte: o autor

### 5.2.2 EPISÓDIO 02

Já o Episódio 02<sup>20</sup>, também com oito minutos de duração, é aberto com imagens de Junia Celle, a Dona Junia, mostrando o sobrado que está construindo para morar, mas que também será a sede da Associação dos Moradores da Vila

<sup>19</sup> Episódio 01 - Link alternativo:

<https://drive.google.com/drive/folders/14AXHJnLqkHWWEXyObKx5QTKXPkYfL2jc?usp=sharing>

<sup>20</sup> Episódio 02 - Link do YouTube: <https://youtu.be/ic6pSnqgWsl>

Joanita. Em seguida, a Vila é exibida em imagens aéreas até que o próximo corte revela diversos prédios de alto padrão localizados no bairro Mossunguê, mostrando um enorme contraste entre as paisagens desses bairros. O segundo capítulo é um complemento do primeiro e apresenta ao espectador uma conclusão sobre o processo de urbanização de Curitiba, traz a história de uma área de ocupação irregular já bem consolidada e aborda a importância da segurança da posse para a garantia dos direitos do cidadão.

FIGURA 10 – VINHETA DE ABERTURA DO EPISÓDIO 02



Fonte: o autor.

### 5.2.3 EPISÓDIO 03

O Episódio 03<sup>22</sup> é aberto com uma apresentação crítica de alguns problemas relativos à cobertura midiática da questão da luta por moradia. O jornalista Pedro Carrano destaca alguns dos fatores que determinam uma cobertura, por vezes, leviana. Na sequência, o Diretor Técnico da Cohab, Mauro Kugler, apresenta ao espectador as principais frentes de atuação da Companhia, enquanto que, em contrapartida, Gorsdorf aponta determinados problemas com a abordagem do problema de habitação por parte da prefeitura de Curitiba. Aqui, o principal enfoque é o contraste entre o ponto de vista da Cohab e dos outros personagens frente à questão habitacional. O terceiro episódio é finalizado com uma fala muito impactante da Dona Junia: uma visão compartilhada por grande parte dos moradores de áreas de ocupação irregular. Este episódio tem oito minutos e quinze segundos de duração.

<sup>21</sup> Episódio 02 - Link alternativo:

<https://drive.google.com/drive/folders/17rjFAVfnYnXLCHs64HN5vsR7hqn-XHpT?usp=sharing>

<sup>22</sup> Episódio 03 - Link do YouTube: <https://youtu.be/D2AwE0tHSa0>

FIGURA 11 - VINHETA DE ABERTURA DO EPISÓDIO 03



Fonte: o autor.

#### 5.2.4 EPISÓDIO 04

O início do Episódio 04<sup>24</sup> complementa o capítulo anterior apresentando a abordagem da Cohab e, na sequência, tem como principal enfoque a questão da dignidade: a representatividade da moradia para o cidadão. Além disso, por meio das falas de Gorsdorf, também revela ao espectador o arranjo institucional da prefeitura de Curitiba que faz com que o problema da moradia ainda persista. Este capítulo tem oito minutos e quatorze segundos de duração e se propõe a convidar o espectador para uma reflexão mais profunda acerca do tema.

FIGURA 12 – VINHETA DE ABERTURA DO EPISÓDIO 04



Fonte: o autor.

<sup>23</sup> Episódio 03 - Link alternativo:  
[https://drive.google.com/drive/folders/1jtar6KJAatCW\\_gW02Rh8MNR28t0DGTydW?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1jtar6KJAatCW_gW02Rh8MNR28t0DGTydW?usp=sharing)

<sup>24</sup> Episódio 04 - Link do YouTube: <https://youtu.be/yZVZYk9qnRo>

<sup>25</sup> Episódio 04 – Link alternativo:  
[https://drive.google.com/drive/folders/1QF\\_rq40J5X1Dd9DsLZ2K7R3gp0l2NN79?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1QF_rq40J5X1Dd9DsLZ2K7R3gp0l2NN79?usp=sharing)

### 5.2.5 EPISÓDIO 05

O Episódio 05<sup>26</sup> é o mais longo (com dez minutos e vinte e quatro segundos de duração) e exibe o fechamento da websérie. Apresenta tanto os fatores institucionais e políticos que permeiam a questão da moradia, quanto um parecer técnico sobre o porquê deste problema persistir a tanto tempo. Fornece o substrato necessário para que o espectador tire suas próprias conclusões a respeito da questão e destaca a falta de vontade política e a omissão dos poderes governamentais frente ao tema. Com este fechamento, a websérie se propõe a apresentar um pequeno recorte de um problema social compartilhado por milhões e milhões de brasileiros.

FIGURA 13 - VINHETA DO EPISÓDIO 05



Fonte: o autor.

Para facilitar a visualização de “Aqui Não Há Escrituras”, todos os episódios também foram disponibilizados em um website. Dessa forma, o espectador pode assistir a todo o documentário em uma sequência mais dinâmica e de simples acesso.

Link para acesso: <https://aquinaohaescritura.wixsite.com/webserie>

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O seriado aborda uma questão contemporânea e que é negligenciada não só pelos poderes públicos - mas também pela imprensa - há muitas décadas e revela uma realidade enfrentada por mais de cinco milhões de brasileiros. De acordo com os dados já apresentados neste relatório, o déficit habitacional no Brasil (e em Curitiba)

<sup>26</sup> Episódio 05 - Link do YouTube: <https://youtu.be/Bfwsdl5uBXI>

<sup>27</sup> Episódio 05 - Link alternativo:

[https://drive.google.com/drive/folders/1R7NOe3di\\_EyVcP-Up8Hnep-t3sj-p6lN?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1R7NOe3di_EyVcP-Up8Hnep-t3sj-p6lN?usp=sharing)

tende a crescer muito nos próximos anos, e políticas públicas voltadas para o tema da habitação serão cada vez mais necessárias.

Nesse sentido, “Aqui Não Há Escrituras” cumpre com o seu papel de produto audiovisual jornalístico, informativo e documental, concedendo voz aos personagens que integram e vivenciam o problema da moradia todos os dias, e que consegue trazer ao espectador pareceres técnicos dos principais componentes que fazem parte dessa trama tão complexa que é a temática da habitação. Desse modo, também se dá origem a um documento de valor histórico e social.

Do ponto de vista acadêmico e profissional, realizar esta produção representa um excelente exercício de reflexão e de desenvolvimento de habilidades necessárias para constituir a figura do profissional jornalista. Desde a concepção da temática central, passando pela seleção e contato com as fontes, depois pela captação das imagens e finalmente chegando à edição e montagem do documentário, o que se tem é o processo completo de criação exigido em todas as áreas do jornalismo. Assim, o autor pode, com um só trabalho, passar por todas as fases de execução de um produto genuinamente jornalístico.

É claro que produzir um material com tamanho volume implica em uma série de questões intrínsecas a sua realização, como deslocamento, tempo disponível para gravação, disponibilidade das fontes e inclusive questões relacionadas ao clima. Então, desenvolver esse trabalho sozinho representou um grande desafio, ainda mais por ter sido realizado durante a pandemia da Covid-19. Do ponto de vista pessoal, se pode observar que o roteiro poderia ter sido melhor trabalhado e poderiam haver mais imagens de cobertura, porém isso ficou comprometido por conta da falta de tempo disponível para realização, especialmente porque o semestre letivo foi reduzido de quatro para três meses em função da pandemia.

De todo modo, é possível concluir que este é um excelente material, levando em consideração o momento e as condições de vida e de produção do realizador. O principal objetivo deste produto é trazer atenção para o tema da moradia e questionar a omissão dos poderes públicos frente a uma situação que perdura há décadas, governo após governo. Aqui, falando diretamente como autor, espero que este trabalho seja muito difundido e sirva como base para muitas outras produções semelhantes, que possa ser visto como uma espécie de bandeira para a luta por moradia e que chegue a todas as pessoas a quem possa interessar.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA JUNIOR, Benjamin. **Introdução à análise da narrativa**. São Paulo: Scipione, 1995 – Coleção Margens do Texto.

ALBUQUERQUE, Filipe. **Quem são os movimentos sem teto e por que eles fazem da invasão sua principal arma**. Gazeta do Povo, 02/05/2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/quem-sao-os-movimentos-sem-teto-e-por-que-eles-fazem-da-invasao-sua-principal-arma-5pdhl2txuw4z19w5cmcjhtynu/>>. Acesso em 06 set 2021.

ALTAFINI, Thiago; GAMO, Alessandro. **Web-séries no contexto dos Universos Narrativos Expandidos**. Revista GEMInIS ano 1 - n. 1 | p. 43 - 52, 2010.

CARVALHO, André de Souza. **Curitiba: metrópole modelo ou urbe segregada? A questão habitacional e a apartação social em uma metrópole no Sul do Brasil**. A: Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. "VI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Bogotá, junio 2014". Barcelona: DUOT, 2014.

FREIRE, Marcius. **Relação, encontro e reciprocidade: algumas reflexões sobre a ética no cinema documentário contemporâneo**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 14, p. 13-28, dez. 2007.

G1. **Curitiba tem 40 mil famílias em ocupações irregulares, diz Cohab**. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/06/18/curitiba-tem-40-mil-familias-em-ocupacoes-irregulares-diz-cohab.ghtml>>. Acesso em 05 set. 2021.

HERGESEL, João Paulo. **As webséries enquanto campo de estudo da Narratologia**. Rev.Cad.Comun. Santa Maria, v.20, n.3, art 7, set/dez. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos 1940 a 2010**. Curitiba. Disponível em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

IPPUC. **Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente**, 2007.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 2001.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. **Documentário como gênero audiovisual**. *Comun. Inf.*, v. 5, n. 1/2, p.25-40, janVdez. 2002.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL**.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papyrus, 2016.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Nova edição. Campinas: Papyrus, 2020.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 176p.

SILVA, Lucas Octávio Cândio da; ZANNETTI, Daniela. **A Websérie Como Produto Audiovisual**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Bauru - SP – 2013.

TONELLA, Celene. **O movimento popular por moradia e a questão urbana em Curitiba (1986-1992)**. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 3, p. 79-96, 2005.

VOLOCHKO, Danilo. Lutas urbanas na metrópole de Curitiba: moradia popular, ocupações de terra e resistências. *GeoTextos*, vol. 12, n. 1, 2016.

Politize!. **Direito à moradia: quais foram os impactos da pandemia de covid-19 na habitação?**.2021. Disponível em: <<https://bityli.com/Ehvms1>>. Acesso em: 20 out. 2021.